



1. Contexto operacional

A MRS Logística S.A. ("MRS" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva do Poder Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

Em abril de 2017 a MRS protocolou, junto ao Poder Concedente, o Plano de Negócios para iniciar as negociações referentes à renovação antecipada da concessão, e, desde então, as negociações vem sendo conduzidas junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Em 6 de junho de 2019, consubstanciada na Deliberação nº 614, de 4 de junho de 2019, a ANTT publicou o Aviso de Audiência Pública nº 007/2019, comunicando a realização de Audiência Pública com o objetivo de colher subsídios, com vistas ao aprimoramento dos estudos para a prorrogação do prazo de vigência contratual da concessionária MRS. Em 13 de setembro de 2019, às 18h, encerrou-se o prazo para contribuições à Audiência Pública nº 007/2019, fixado pelo Ofício SEI nº 7414/2019/SUFER/DIR-ANTT, emitido em 5 de julho de 2019. Pelas informações apuradas junto à ANTT, no âmbito do processo da MRS, foram apresentadas 315 (trezentas e quinze) contribuições, sendo: (i) 90 contribuições orais, conforme manifestações nas 4 sessões públicas realizadas nos estados de MG, SP, RJ e Brasília; (ii) 42 contribuições escritas; e (iii) 183 contribuições enviadas pelo site da ANTT, sendo que 50% dessas últimas referem-se a contribuições apresentadas pela própria MRS.

Atualmente, aguarda-se a análise das contribuições pela área técnica da ANTT e a realização de possíveis ajustes para contemplar as contribuições acatadas pela Agência. Após a emissão do Relatório Final da Audiência Pública da MRS e sua aprovação pela Diretoria da ANTT, não havendo qualquer manifestação em contrário, o processo será encaminhado ao Ministério de Infraestrutura, que avaliará sua conformidade com as diretrizes da Política Pública, e, em sequência, enviará para análise e aprovação pelo Tribunal de Contas da União.

O contrato de concessão estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas. Caso essas metas não sejam alcançadas, a União Federal poderá determinar, por decreto federal, a intervenção na Companhia, pelo prazo máximo de 180 dias, ao final do qual a concessão poderá ser extinta ou devolvida à Companhia. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2019, a MRS estava em dia com as obrigações contratuais e devidamente adimplente perante a ANTT.



2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem (i) a legislação societária, (ii) os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, (iii) as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis anuais em que a Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil. As mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 3.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 4.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, e (ii) perda pela redução do valor recuperável de ativos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4 Apresentação de informações por segmentos

Em função da Companhia prestar unicamente serviços de transporte ferroviário de cargas, para fins contábeis e gerenciais, a mesma está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

3. Mudanças nas principais políticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. Com exceção ao descrito abaixo, as demais novas normas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamentos existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários a partir de 1º de janeiro de 2019. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo ou itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 e ainda vigentes após essa data. Os requerimentos de divulgação do CPC 06 (R2)/ IFRS 16 não foram aplicados a informações comparativas. Assim, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme CPC 06 (R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. As mudanças nas políticas contábeis estão descritas abaixo.

(a) Definição de arrendamento

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia classificava seus contratos como arrendamento operacional ou financeiro conforme o CPC 06 (R1)/ IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 4.15.

A Companhia aplicou isenção de reconhecimento para os arrendamentos de curto prazo e para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor. Esses arrendamentos continuam sendo reconhecidos como custo ou despesa na demonstração do resultado.

(b) Como arrendatário

A Companhia detém compromissos significativos decorrentes de contratos de arrendamento classificados anteriormente como operacional, principalmente, o contrato de arrendamento junto ao Poder Concedente vinculado à Concessão. Os contratos vigentes foram analisados com base nos requisitos da norma para identificação se o contrato é ou contém arrendamento, seu reconhecimento inicial e mensuração.

Os arrendamentos classificados como arrendamento financeiro utilizando-se das prerrogativas do CPC 06/IAS17, tiveram o valor contábil do ativo e passivo de arrendamento imediatamente antes da aplicação inicial reclassificados para as rubricas “Direito de uso” e “Arrendamento mercantil”.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(c) Como arrendador

A Companhia possui recebíveis com terceiros referentes a contratos de aluguel de áreas e imóveis comerciais pertencentes ao Poder Concedente e arrendados à MRS através de contrato de arrendamento. Esses contratos foram enquadrados como subarrendamento e reconhecidos como contas a receber utilizando-se a mesma taxa de desconto considerada para o contrato do arrendamento principal.

(d) Impacto nas demonstrações contábeis

Na adoção inicial, o passivo de arrendamento foi mensurado a valor presente dos pagamentos remanescentes, descontado pela taxa incremental e ajustado pelo saldo já reconhecido no balanço imediatamente antes da data da adoção inicial. O ativo de direito de uso, para os arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, foi reconhecido pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor dos pagamentos antecipados e do investimento líquido referente aos subarrendamentos.

Para todos os contratos foram utilizadas taxas incrementais, nominais, conforme critérios descritos na nota explicativa 4.15.

O impacto da aplicação inicial dessa norma está demonstrado abaixo:

	Ativo		Passivo
	Direito de uso	Subarrendamento	
Reconhecimento inicial	1.912.066		1.912.066
Valor registrado antes do reconhecimento inicial	-	-	126.867
Reclassificação valor registrado anteriormente como arrendamento financeiro CPC 06 (R1)/IAS 17	31.522	-	29.728
Reclassificação despesas pagas antecipadamente	163.392	-	-
Reconhecimento subarrendamento	(73.014)	73.014	-
Saldo em 1º de janeiro	2.033.966	73.014	2.068.661

(e) Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de imóveis e máquinas e equipamentos. A Companhia continua reconhecendo os créditos de PIS/COFINS com base no pagamento das contraprestações.

Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de PIS/COFINS, assim, o passivo de arrendamento apresentado no balanço patrimonial está bruto desses impostos.

(f) Informações adicionais

A Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação e utilizando de uma taxa de desconto incremental, nominal. A



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Administração avaliou a utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes e materiais nas informações apresentadas.

Para fins de atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, de 18/12/2019 e as orientações das áreas técnicas da CVM, a Companhia fornece abaixo as informações necessárias para o cálculo do “fluxo nominal x taxa nominal”.

- (i) Arrendamento com o Poder Concedente: Contrato reajustado anualmente, em outubro, pelo IGPD-I, taxa de desconto nominal 8,47%, fluxos de pagamentos demonstrados na nota explicativa 23 e vencimento em julho de 2026.
- (ii) Contrato de locação de imóveis: Contratos com reajustes anuais, em sua maioria, pelo IPCA, taxa de desconto 7,89% ao ano, fluxos de pagamentos demonstrados na nota explicativa 23 e vencimentos entre março 2020 e dezembro 2026.
- (iii) Contrato para locação de veículos, máquinas, equipamentos e outros: Contratos com reajustes anuais, em sua maioria, pelo IPCA, taxa de desconto de 8,88% ao ano, fluxos de pagamentos demonstrados na nota explicativa 23 e vencimentos entre janeiro 2020 e outubro 2022.

4. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão descritas nos itens a seguir e de acordo com políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, publicadas na Imprensa Oficial em 20 de março de 2019, salvo disposição em contrário.

4.1 Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, bem como outros ganhos e perdas cambiais, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.



4.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultado abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Ativos financeiros: avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido levando em consideração a forma em que o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração.

O objetivo do modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros a fim de receber os fluxos de caixa contratuais.

A Companhia realiza gerenciamento de riscos financeiros para limitar os impactos adversos causados por instrumentos financeiros em seu resultado e fluxo de caixa.

Ativos financeiros: avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor do fluxo de caixa contratual de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros: mensuração subsequente e ganho e perda

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.



Passivos financeiros: classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira no exercício em que são incorridos.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.



(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados ao valor justo no momento inicial e nas mensurações subsequentes. Após o reconhecimento inicial suas variações são registradas no resultado.

A Companhia contrata certos instrumentos como o de *hedge* para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado, ou seja, a variabilidade dos fluxos de caixa associadas a transações no resultado.

Ao implementar o modelo de *hedge accounting* na Companhia, documentou-se o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia avalia e documenta se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge* mensalmente.

A Companhia designou determinados *swaps* que protegem uma dívida em dólar com juros fixos como instrumento de *hedge* de valor justo. O ganho ou a perda no instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro, no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* que é registrado no passivo com contrapartida no resultado financeiro.

Os passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge* são apresentados na nota explicativa 24.

4.4 Impairment de ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perdas de crédito esperadas é feita para todos os recebíveis comerciais, conforme metodologia estabelecida, mesmo que não haja evidências objetivas de não recebimento.

A Companhia utiliza-se da abordagem simplificada para os recebíveis comerciais, expediente prático da matriz de provisão, para mensurar as perdas de crédito esperadas.

Os recebíveis comerciais são agrupados em quatro categorias, de acordo com o histórico de perda e natureza da cobrança. A expectativa de perda de crédito de cada categoria é feita como segue.

- Aluguel pessoa física: todos os documentos faturados referentes ao contrato de locação de pessoa física serão provisionados como perda, em virtude do alto nível de inadimplência.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Processo judicial: todos os documentos faturados para clientes que estão sendo cobrados judicialmente serão provisionados como perda, em virtude do grande nível de incerteza.
- Frete: a provisão de perda de créditos esperada será mensurada pelo percentual das perdas históricas dos dois últimos anos, aplicado sobre o saldo do contas a receber desse grupamento na data da análise.
- Outras receitas: a provisão de perda de créditos será calculada pelo percentual de perda histórica, baseado nas inadimplências dos dois últimos anos, sobre o saldo do contas a receber desse grupamento na data da análise.
- Partes Relacionadas: tendo em vista que, possuímos contratos de longo prazo, mecanismos de proteção e historicamente não ter havido perda financeira com as empresas envolvidas, não temos provisões de perdas constituídas para este grupo.

4.5 Contas a receber de clientes e partes relacionadas

As contas a receber de clientes e partes relacionadas correspondem, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de transporte de carga no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

Os valores a receber de longo prazo foram trazidos ao valor presente na data da transação com base na taxa estimada do custo médio ponderado de capital da Companhia. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de juros a apropriar, redutora da conta de clientes, e sua realização é registrada como receita financeira de acordo com o prazo contratual.

A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foram estimadas entre 14,25% a.a e 15,91% a.a.

4.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado, que não excede os valores líquidos de realização. Provisões para perdas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.7 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano. A parcela referente ao adiantamento da concessão é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido pela venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

4.8 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando for feita uma reforma ou benfeitoria, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ao término da concessão, os bens de propriedade da concessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários à continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados a concessão poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme previsão expressa na cláusula décima sexta do Contrato de Concessão.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos.

Os terrenos não são depreciados.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos são:

Grupos de ativos	%	Vida útil média (em anos)
Bens imóveis		
Benfeitorias em via permanente	10,00	10
Benfeitorias em imóveis arrendados	4,00	25
Obras de arte especiais (Túnel, Viaduto e Ponte)	2,85	35
Locomotivas		
Locomotivas diesel	3,33	30
Locomotivas elétricas	4,17	24
Locomotivas usadas	10,00	10
Benfeitorias úteis em locomotivas	12,50	8
Vida útil média dos principais componentes	12,50	8
Vagões		
Vagões	3,33	30
Benfeitorias úteis em vagões	10,00	10
Vida útil média dos principais componentes	16,67	6
Outros		
Esmerilhadora, carro de controle, equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4.9 Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para avaliação dos ativos não financeiros é utilizada pela administração a metodologia da rentabilidade futura para o ativo individual. Quando não for possível estimar o valor para o ativo individual determina-se o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Assim determina-se o valor em uso dos ativos da Companhia. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor em uso.

4.10 Contas a pagar a fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.



4.11 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível, tributária e ambiental) e demais provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.12 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos os quais são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Nesse último caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou prejuízo compensável do exercício, adicionados de quaisquer ajustes de exercícios anteriores, se houver. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos, previstas por lei, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidas.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os ativos fiscais



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

4.13 Benefícios a empregados

Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia concede também benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados, utilizando método da unidade de crédito projetado.

Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de saúde.

Benefício de curto prazo – remuneração variável

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada e puder ser estimada de forma confiável.



4.14 Arrendamentos/Direito de Uso

A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4.

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é reconhecido inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental construída pela Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental, nominal, utilizando-se dos seguintes critérios:

- (i) Arrendamento com o Poder Concedente: 8,47% ao ano. Foi obtida considerando a representatividade e o custo ponderado das dívidas da Companhia;
- (ii) Contrato de locação de imóveis: 7,89% ao ano. Taxa cotada com instituições financeiras de relacionamento com a Companhia;
- (iii) Contrato para locação de máquinas, equipamentos e outros: 8,88% ao ano. Taxa de financiamento do BNDES (linha específica para este fim que considera TLP mais *spread* do banco).

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- (ii) valores que se espera que sejam pagos de acordo com as garantias de valor residual e;
- (iii) o preço de exercício da opção de compra se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado é realizado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de imóveis, máquinas e equipamentos, veículos, equipamentos de TI e contêineres. Além desses, foi registrado o contrato de arrendamento, vinculado ao contrato de concessão, dos bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia aplica isenção de reconhecimento para os arrendamentos de curto prazo e para os quais os ativos adjacentes são de baixo valor. Os pagamentos associados a esses arrendamentos continuam sendo reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Arrendamentos em que a Companhia é arrendadora

Nos casos em que a Companhia figura como arrendador intermediário (subarrendamentos) de contratos em que é o arrendatário, é feita uma avaliação para classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente.

O valor a receber referente a esses contratos é registrado integralmente como um contas a receber no ativo circulante e não circulante e são amortizados com os devidos recebimentos.

A taxa de desconto utilizada para o cálculo a valor presente do contas a receber dos contratos de subarrendamento foi a mesma do contrato de arrendamento principal, 8,47% a.a.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

A Companhia classificava seus contratos como arrendamento mercantil antes de 1º de janeiro de 2019, em financeiro ou operacional com base na essência da operação contratada, que levava em consideração de quem são os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens objetos do contrato, ao longo de sua vida útil ou ao longo do contrato.

Os arrendamentos financeiros eram registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).



Os bens arrendados eram depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houvesse razoável certeza de que a Companhia optaria pela propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo era depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos classificados como arrendamentos operacionais eram reconhecidos como custo ou despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

Para situações em que a Companhia figurava como um arrendador intermediário, os recebimentos decorrentes dos arrendamentos operacionais eram reconhecidos como “outras receitas operacionais” pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

4.15 Concessões

A Companhia possui concessão onerosa de serviço público decorrente do contrato de concessão. Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, em função do Poder Concedente não controlar a quem os serviços devem ser prestados, nem o preço a ser cobrado. Prevalece a relação comercial entre a Companhia e seus clientes.

As obrigações da concessão são registradas linearmente, pelo regime de competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) no passivo circulante tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia foram registrados no ativo e são alocados no resultado como custo dos serviços prestados linearmente no decorrer do prazo do contrato.

4.16 Capital social

O capital social subscrito e integralizado está dividido em ações escriturais, ordinárias e preferenciais, sem valor nominal.

4.17 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receitas:

Prestação de serviço de transporte

A receita com prestação de serviços de transporte de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas transportadas são entregues aos clientes no ponto de destino do transporte, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.



Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos financeiros e ganhos líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

Outras receitas operacionais

As demais receitas são reconhecidas na medida em que há um direito contratual, o cumprimento da obrigação de performance e for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

4.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos não será inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório estabelecido na Lei das S.A. somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Administração utilizou-se de julgamentos e estimativas, na preparação das demonstrações contábeis, que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente.

As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e outras provisões de créditos fiscais

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

(b) Benefícios pós emprego

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

mortalidade, taxas de rotatividade e de permanência no plano após desligamento/aposentadoria. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(d) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos.

A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, os mesmos são ajustados.

(e) Taxa de depreciação, amortização e avaliação de *impairment* do ativo imobilizado e intangível

As taxas de depreciação e amortização dos ativos imobilizados e intangíveis incluem as estimativas das vidas úteis econômicas dos principais ativos da Companhia, as quais são revisadas periodicamente pelos especialistas da Companhia e caso seja identificada a necessidade de alteração da taxa de vida útil de algum grupo de ativos, é realizada a contratação de consultoria externa para mensuração e emissão de laudo conforme Resolução ANTT 5090/2016.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Se o valor contábil do ativo intangível ou imobilizado não suportar o valor em uso, é necessária a constituição da provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e bancos	3.077	2.416
	3.077	2.416
Aplicações financeiras no país		
CDB	665.187	274.237
	665.187	274.237
Caixa e equivalentes de caixa	668.264	276.653

As aplicações financeiras estão lastreadas em títulos emitidos por bancos no Brasil e possuem liquidez média de 46 dias, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira.

Essas aplicações são em CDB, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, encontrando-se na faixa entre 98,25% e 104,0% (99,5% e 101,00% em 31 de dezembro de 2018).

O incremento de R\$391.611 no saldo de caixa e equivalentes de caixa, deve-se, basicamente, ao maior volume de captações ocorridas no primeiro semestre de 2019 conforme mencionado na nota explicativa 22.

A classificação de risco das aplicações financeiras de acordo com o modelo de negócio está descrita na nota explicativa 24.

8. Caixa restrito

	2019	2018
Aplicações financeiras no país		
CDB	2.033	11.139
Operações compromissadas	-	58.170
	2.033	69.309

O caixa restrito é composto por aplicações financeiras constituídas como forma de garantia aos seguintes contratos: (i) contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nas linhas “FINEM” e “DULC”, sendo a garantia constituída para cobertura dos vencimentos de curto prazo; (ii) prestação de fiança bancária; e (iii) contrato comercial de compra e venda de energia elétrica.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

No 1º trimestre de 2019, a Companhia alterou junto ao BNDES algumas garantias dos empréstimos em vigor, classificados nas linhas “FINEM” e “DULC”, conforme DEC Nº DIR.403-2018, mantendo no caixa restrito apenas as aplicações em CDB, referentes ao contrato comercial de compra e venda de energia elétrica no mercado livre.

Estas aplicações estão lastreadas em títulos no Brasil, e possuem liquidez máxima de 360 dias e remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, na faixa entre 98,25% e 99,00% (94,00% e 100,00% em 31 de dezembro de 2018).

A classificação de risco das aplicações financeiras em caixa restrito, de acordo com o modelo de negócio, está descrita na nota explicativa 24.

9. Contas a receber de clientes

		2019	2018
Contas a receber de partes relacionadas	10	1.035.480	440.970
Clientes no país	(a)	40.531	31.347
Perdas de créditos esperadas	(b)	(1.107)	(1.107)
		1.074.904	471.210
Circulante		899.682	247.203
Não circulante		175.222	224.007

(a) Referem-se, basicamente, aos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário, incluindo tráfego mútuo e direito de passagem a receber de clientes que não são partes relacionadas.

(b) O valor provisionado para perdas de créditos esperadas foi mensurado considerando a dificuldade financeira do emissor, quebra de contrato com atraso de pagamento, probabilidade de falência do devedor e devedores em processo judicial para cobrança, além da aplicação de um percentual apurado nas perdas dos últimos dois anos sobre os valores em aberto na data das demonstrações.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, informados nesta Nota, são relativos a operações com partes relacionadas decorrentes das transações da Companhia com seus acionistas, empresas ligadas e profissionais chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de carga. São realizadas em prazos e condições negociadas com cada um dos clientes contratantes, respeitando os tetos tarifários definidos pelo Poder Concedente, os quais se aplicam a todos os clientes da concessionária, sendo ou não partes relacionadas. Pela Governança Corporativa da Companhia, os valores negociados com as partes relacionadas são aprovados pelos acionistas e obedecem a um modelo tarifário que visa remunerar os custos da prestação do serviço de transporte ferroviário, acrescidos de margens que são compatíveis com aquelas estabelecidas no seu plano de negócios. Não há transações com margens negativas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Ademais, os contratos

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

com partes relacionadas são de longo prazo e possuem cláusulas de garantias de receitas e volumes anuais, assim como ocorre com os demais clientes cativos.

Além dos contratos de serviços de transporte ferroviário de carga, a Companhia possui outros contratos com suas partes relacionadas referentes a serviços de manutenção e benfeitorias em terminais, venda de sucatas, alugueis e manutenção em material rodante e via permanente.

O contas a pagar com partes relacionadas, apresentado em passivos com partes relacionadas, exceto dividendos a pagar, são decorrentes de operações de compras, utilização de malha ferroviária, investimentos compartilhados inerentes ao negócio da Companhia e demais obrigações contratuais.

A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:

- Ativo

		Contas a receber	
		2019	2018
Mineração Usiminas S.A.	(a)	157.457	166.202
Vale S.A.	(b)	651.892	74.879
CSN Mineração S.A.	(c)	158.610	144.392
Companhia Siderúrgica Nacional		58.709	43.570
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		1.597	3.826
Gerdau Açominas S.A.		3.648	4.070
Ferrovia Centro Atlântica		1.751	2.152
Gerdau Aços Longos S.A.		529	452
Confab Industrial S.A.		1	170
Gerdau S.A.		342	184
Ternium Brasil Ltda.		31	1.073
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.		913	-
		1.035.480	440.970
Circulante		860.258	216.963
Não Circulante		175.222	224.007

- (a) Em 22 de janeiro de 2016, foi celebrado aditivo contratual entre a MRS, Mineração Usiminas S.A. "MUSA" e Usiminas através do qual as partes suspenderam por tempo indeterminado a execução dos contratos de transporte de minério de ferro. A MUSA assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados em expansão de capacidade para atendimento à demanda contratada a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos até então firmados. O valor será pago em 10 parcelas anuais de R\$31.546, vencíveis em janeiro de cada ano. O valor presente do fluxo de pagamento é de R\$153.385 em 31 de dezembro de 2019 sendo, R\$31.546 no circulante e R\$121.839 no não circulante. Em Janeiro de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$31.546 referente a quarta parcela do aditivo.
- (b) O aumento significativo no contas a receber deve-se, basicamente, a provisão de mecanismo de proteção de receita realizado nos 4 trimestres de 2019, no valor de R\$632.257, conforme 3º Termo Aditivo assinado em conformidade com as disposições da Comissão de Valores Mobiliários. Em fevereiro de 2020 a Companhia recebeu o referido montante.
- (c) Em janeiro de 2019, a Companhia recebeu a 1ª parcela do aditivo contratual firmado entre MRS e CSN Mineração, em 1º de novembro de 2018 conforme mencionado na nota explicativa 10 (c) das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$23.547.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A Companhia possui contrato de recebível com partes relacionadas dado como garantia a empréstimos.

Exceto para os contas a receber referentes aos mecanismos de proteção de receita e aditivos contratuais, o prazo médio de recebimento do contas a receber com partes relacionadas é inferior a 20 dias.

- Passivo

		Contas a pagar / outras obrigações passivas		Adiantamentos		Dividendos a pagar	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018
Vale S.A.	(d)	8.298	94	-	-	12.493	12.947
Mineração Brasileiras Reunidas S.A.		-	-	-	-	40.189	41.647
CSN Mineração S.A.	(e)	76.968	89.753	1	1	22.583	23.402
Companhia Siderúrgica Nacional		864	425	-	46	22.570	23.389
Usiminas Participações e Logística S.A.		-	-	-	-	12.754	13.216
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		-	-	-	24	320	331
Gerdau Açominas S.A.		-	934	-	-	-	-
Ferrovia Centro Atlântica		16.580	18.003	-	61	-	-
Gerdau Aços Longos S.A.		131	115	5	-	-	-
Gerdau S.A.		-	-	-	-	1.501	1.556
Railvest Investments Inc		-	-	-	-	4.964	5.144
Mitsui & Co. Ltda.	(f)	23.939	44.540	-	-	-	-
Sepetiba Tecon S.A.		-	10	-	-	-	-
Outros		-	-	-	-	2.324	2.365
		126.780	153.874	6	132	119.698	123.997
Circulante		51.055	63.848	6	132	119.698	123.997
Não Circulante		75.725	90.026	-	-	-	-

(d) O valor de R\$8.298 do contas a pagar em 2019 (94 em 2018) refere-se a provisão de gatilho como mecanismo de proteção da Vale S.A..

(e) Em contrapartida ao valor reconhecido no contas a receber de indenização com o aditivo firmado entre MRS e CSN Mineração, em 1º de novembro de 2018, conforme mencionado nessa mesma nota explicativa letra (c), a Companhia registrou outras obrigações passivas no valor de R\$76.931 (R\$89.753 em 2018), em atendimento ao CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

(f) O valor de R\$23.939 (R\$44.540 em 31 de dezembro de 2018), refere-se à compra de 8 mil toneladas de trilhos, conforme contrato nº 48800 /MRS/2017, adquiridos em dezembro de 2018. O pagamento será efetuado em junho de 2020.

MRS Logística S.A.
**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado
- Resultado

		Receita de serviços		Outras receitas		Receitas financeiras	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018
Vale S.A.	(g)	804.493	1.673.933	632.283	170	193	610
Companhia Siderúrgica Nacional	(h)	322.072	338.333	22.672	1.714	176	153
Mineração Usiminas S.A.		143.549	92.875	-	-	19.186	20.685
CSN Mineração S.A.		742.514	655.036	15.944	25.213	10.830	11.547
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		119.777	142.593	6	312	5	31
Gerdau S.A.		2.945	5.475	1.030	973	155	171
Gerdau Açominas S.A.		116.350	139.320	2.760	2.936	27	133
Gerdau Aços Longos S.A.		18.082	17.964	14.438	6.951	14	43
Ferrovia Centro Atlântica		55.130	54.040	3.550	3.304	-	-
Companhia Metalúrgica Prada		-	70	-	-	-	-
Ternium Brasil Ltda.		7.392	3.322	56	129	30	6
Usiminas Mecânica S.A.		-	-	3	-	-	-
Mitsui & Co. Ltda.		-	-	-	-	980	-
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A		32.986	-	-	-	-	-
Confab Industrial S.A.		2.017	8.216	-	-	4	6
		2.367.307	3.131.177	692.742	41.702	31.600	33.385

(g) A queda da receita de serviços no valor de R\$869.440, refere-se à redução no transporte de minério devido ao rompimento de barragem de Brumadinho, ocorrido em 01/2019. Em contra partida houve crescimento de outras receitas devido ao mecanismo de proteção já mencionado na letra (b) desta mesma nota.

(h) O valor de R\$22.672 de outras receitas (R\$1.714 em 2018) refere-se a provisão de mecanismo de proteção.

	Outras despesas operacionais/financeiras	
	2019	2018
Ferrovia Centro Atlântica	11.886	9.875
Gerdau Aços Longos S.A.	2.770	3.997
Mitsui & Co. Ltda.	980	7.139
Vale S.A.	901	537
Sepetiba Tecon S.A.	218	1.803
Companhia Siderúrgica Nacional	187	5
Confab Industrial S.A.	3	-
Ternium do Brasil Ltda.	1	-
	16.945	23.356

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis do pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu Presidente e Diretores, estão registradas no resultado do exercício como segue:

	Resultado	
	2019	2018
Benefícios de curto prazo	16.635	16.807
Benefícios pós- emprego	366	389
Outros benefícios de longo prazo	3.060	8.061
	20.061	25.257

Os benefícios do pessoal chave incluem remuneração fixa, programa de participação no resultado, programa de remuneração variável, plano de previdência e outros.

11. Outras contas a receber

		2019	2018
Valores a receber concessão e arrendamento	(a)	53.127	51.464
Valores a receber de indenização	(b)	-	11.501
Valores a receber - outras vendas	(c)	5.092	4.912
Valores a receber subarrendamento	(d)	35.348	-
Demais contas a receber		3.644	3.335
Perdas de crédito esperadas	(e)	(3.677)	(3.113)
		93.534	68.099
Circulante		8.379	15.984
Não Circulante		85.155	52.115

(a) Os valores a receber de concessão e arrendamento contabilizados no ativo não circulante correspondem ao registro decorrente de sentença favorável em processo envolvendo o Poder Concedente sobre valores pagos a maior nas atualizações das parcelas trimestrais da concessão e arrendamento do período de outubro de 1997 a abril de 2001.

O detalhamento do andamento desse processo até dezembro de 2018 pode ser verificado na nota explicativa 11 (a) das demonstrações contábeis de 2018.

Em 20 de março de 2019, prevaleceu, por maioria de votos, o entendimento de que o IPCA-E deveria ser aplicado desde a data de início da vigência da norma declarada inconstitucional, ou seja, desde 2009. Ao final da sessão de julgamento, o placar ficou em 6 votos a 2 pela rejeição da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, não tendo sido, naquela oportunidade, concluído o julgamento, em razão de novo pedido de vista.

Na sequência, em junho de 2019, a MRS apresentou petição requerendo o indeferimento do pedido de reconsideração da União e reiterando seus embargos de declaração. Já a União apresentou contra razões aos embargos de declaração da MRS, reiterando sua manifestação anterior. Em 29 de julho de 2019, foi proferida decisão rejeitando os embargos de declaração da União e determinando o encaminhamento dos autos ao setor de cálculo. Em face dessa decisão, a União interpôs agravo de instrumento por meio do qual pretendia a aplicação da Taxa Referencial – TR como critério de correção monetária até que fosse concluído pelo Supremo Tribunal Federal o julgamento de modulação de



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

efeitos no âmbito do RE nº 870.947/SE. Diante disso, o juízo de 1ª instância, em 18 de setembro de 2019, determinou a suspensão, *ad cautelam*, do processo até prolação de decisão definitiva sobre o recurso. Em 30 de setembro de 2019, a MRS se manifestou requerendo a revogação do efeito suspensivo concedido ao agravo de instrumento da União, a fim de possibilitar o regular prosseguimento do cumprimento de sentença.

Em 3 de outubro de 2019, o julgamento foi concluído, tendo o STF, por maioria, rejeitado todos os embargos de declaração pendentes de julgamento, tendo-se decidido pela não modulação dos efeitos da decisão anteriormente proferida, devendo-se aplicar o IPCA-E desde a data de início da vigência da norma declarada inconstitucional, ou seja, desde 2009. Dessa forma, no caso em referência, conforme expressamente determinado pelo juízo, as parcelas pagas a maior pela MRS podem ser compensadas, devendo sofrer atualização monetária pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal, que prevê os seguintes índices: (a) UFIR, de janeiro de 1992 a dezembro de 2000; e (b) IPCA-E, a partir de janeiro de 2001. Assim, apesar de a decisão do STF ter determinado que deve-se aplicar o IPCA-E desde a data de início da vigência da norma declarada inconstitucional, ou seja, desde 2009, os débitos que tiverem que ser atualizados pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal, como ocorre no caso concreto, serão atualizados pelo IPCA-E a partir de janeiro de 2001 e pela UFIR no período de janeiro de 1992 a dezembro de 2000.

Em 31 de outubro de 2019, foram juntadas petições pela União, tanto em 1ª como em 2ª instâncias, informando a desistência em relação ao agravo de instrumento interposto, tendo em vista o entendimento do STF acerca do não cabimento da modulação dos efeitos da decisão em sede do Recurso Extraordinário nº 870.947/SE. Em novembro 2019 os autos foram remetidos ao contador judicial.

Nesse novo contexto, a Companhia entende que deverá ser mantido o critério de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública pela Tabela da Justiça Federal (UFIR e IPCA_E) e a divergência nesse particular, nos autos da ação em referência, entre a União e a MRS, deverá restar superada, prevalecendo os parâmetros adotados pela MRS.

- (b) O valor de R\$11.501 em 2018, refere-se ao valor a receber a título de indenização e outros ressarcimentos de custos conforme termo de acordo e quitação de pendência nº 002/2018, assinado em 21 de dezembro de 2018 entre MRS e Rumo Malha Norte/Paulista/Oeste e Sul. O saldo foi inteiramente liquidado durante o exercício de 2019.
- (c) Os valores a receber são decorrentes de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, aluguéis e outros valores não relacionados ao serviço de frete ferroviário.
- (d) Subarrendamento: Os subarrendamentos referem-se a contratos de aluguel de imóveis em que a Companhia é o arrendador intermediário de um arrendamento principal classificado como Ativo de Direito de Uso.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A movimentação dos subarrendamentos no período foi como segue:

Subarrendamento	
Em 1º de janeiro	99.281
Adições a contratos	4.288
Desreconhecimento de contratos (*)	(46.886)
Amortizações	(10.362)
Em 31 de dezembro	46.321
Juros a transcorrer	
Em 1º de janeiro	(26.267)
Adições a contratos	(1.023)
Desreconhecimento de contratos (*)	11.612
Juros transcorridos	4.705
Em 31 de dezembro	(10.973)
Saldo líquido	35.348

(*) O desreconhecimento de contratos deve-se, substancialmente ao distrato com o cliente Libra Terminal Valongo S.A. em outubro de 2019.

O fluxo de recebimentos futuros dos subarrendamentos desconsiderando os juros a transcorrer é como segue:

	2020	Em até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Subarrendamento	6.697	33.485	6.139	46.321

(e) O valor provisionado para perdas de créditos esperadas foi mensurado considerando a dificuldade financeira do emissor, quebra de contrato com atraso de pagamento, probabilidade de falência do devedor e devedores em processo judicial para cobrança, além da aplicação de um percentual apurado nas perdas dos últimos dois anos sobre os valores em aberto na data das demonstrações.

12. Estoques

		2019	2018
Materiais de manutenção	(a)	97.306	91.404
Materiais em processo de recuperação		7.603	7.121
Importações em andamento		1.020	1.172
Combustíveis		8.292	7.570
Outros		9.872	6.828
Provisão para perdas por obsolescência	(b)	(4.615)	(6.532)
		119.478	107.563

(a) Referem-se aos materiais que serão utilizados em serviços de manutenção própria, principalmente em locomotivas, vagões e via permanente.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

- (b) Referem-se a provisão para perda de determinados materiais de manutenção considerados obsoletos ou de baixa rotatividade.

13. Tributos a recuperar

		2019	2018
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	(a)	71.112	87.468
(-) Provisão para perda de ICMS	(a)	(17.100)	(26.100)
PIS/COFINS a recuperar	(b)	65.267	56.334
Imposto de renda retido na fonte	(c)	58.813	31.235
INSS a recuperar	(d)	5.390	28
Outros		224	182
		183.706	149.147
Circulante		90.863	108.375
Não circulante		92.843	40.772

- (a) Referem-se, principalmente, aos créditos decorrentes das aquisições de bens para o ativo imobilizado e das compras de insumos, líquidos de provisão para perda de créditos não recuperáveis.
- (b) Referem-se, principalmente, aos créditos de bens do ativo fixo. O aumento no saldo de 2019 é decorrente principalmente de decisão judicial favorável definitiva no processo nº 0107165-83.2013.4.02.5101, que determinou a exclusão do ICMS recolhido no desembaraço aduaneiro e das próprias contribuições da base de cálculo do PIS/COFINS devido na importação.
- (c) Referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras e sobre ganhos nas operações de derivativos – swap. Como os rendimentos são tributados apenas no resgate das aplicações e na liquidação dos swaps, este valor inclui a provisão de IR fonte dessas operações. O aumento no saldo de 2019 é decorrente principalmente de decisão judicial favorável definitiva no processo nº 0006873-32.2009.4.02.5101, que reconheceu o direito à dedutibilidade das despesas com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) sem as limitações impostas pela Portaria Interministerial nº 326, Instrução Normativa nº 267/02 e outras normas infra-legais.
- (d) O saldo de 2019 refere-se principalmente a créditos tributários a recuperar de Contribuição Previdenciária (parte empresa) decorrente de decisão judicial favorável definitiva no processo nº 0092045-52.2014.4.01.3400, que afastou a exigência dessa contribuição sobre os valores pagos às cooperativas.

A composição dos créditos de ICMS nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, registrados no ativo circulante, está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Composição créditos ICMS - circulante		
ICMS - RJ	23.689	36.695
ICMS - SP	21.416	25.778
Total circulante	45.105	62.473

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

14. Despesas antecipadas

		2019	2018
Adiantamento arrendamento	(a)	-	163.393
Seguros	(b)	13.121	9.617
Despesas antecipadas com pessoal		7.089	5.253
Despesas antecipadas com serviços		2.687	1.689
		22.897	179.949

Circulante	18.049	24.025
Não circulante	4.848	155.924

- (a) O adiantamento por arrendamento era apropriado ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de arrendamento (360 meses). Conforme mencionado na nota explicativa 3, devido a adoção do CPC 06 (R2), o saldo dessa despesa antecipada foi reclassificado para o ativo de Direito de Uso. Os detalhes da operação estão descritos na nota explicativa 16.2.
- (b) Refere-se a pagamentos antecipados de seguros. A variação deve-se, principalmente, a renovação, em 2019, da apólice de seguro de risco operacional com prazo de vigência até 1º de março de 2021. O valor em 2019 refere-se ao saldo ainda não amortizado.

15. Outros ativos circulantes e não circulantes

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

		2019	2018
Depósitos judiciais	(a)	126.907	114.174
Adiantamentos a terceiros	(b)	20.100	17.748
Outros		6	65
		147.013	131.987
Circulante		20.100	17.750
Não circulante		126.913	114.237

- (a) Referem-se a depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir interposição de recurso, nos termos da lei. Os mesmos são atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. A distribuição está descrita na nota explicativa 28.1.
- (b) Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores e colaboradores como adiantamento de férias, empréstimo de férias e outros adiantamentos.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

16. Imobilizado

16.1 Imobilizado em operação e em curso

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	2019					2018	
	Imobilizado em operação					Imobilizado em andamento	Total
Custo	Benfeitorias imóveis de terceiros	Locomotivas	Vagões	Outros	Total		Total
Em 1º de janeiro	4.583.820	2.856.111	2.610.899	627.374	10.678.204	519.048	11.197.252
Adições	-	-	-	-	-	720.669	720.669
Transferências / Reclassificações	518.115	100.724	196.877	37.276	852.992	(852.992)	-
Reversão (provisão) de perdas ao valor recuperável	529	(570)	(10.431)	-	(10.472)	-	(10.472)
Reclassificação direito de uso	-	-	-	(31.077)	(31.077)	-	(31.077)
Baixas	(1.068)	(20.896)	(53.773)	(14.297)	(90.034)	(14.053)	(104.087)
Em 31 de dezembro	5.101.396	2.935.369	2.743.572	619.276	11.399.613	372.672	11.772.285
Depreciação							
Em 1º de janeiro	(1.908.215)	(1.336.553)	(1.117.200)	(397.551)	(4.759.519)	-	(4.759.519)
Adições	(320.359)	(136.677)	(146.012)	(42.323)	(645.371)	-	(645.371)
Reclassificação direito de uso	-	-	-	2.391	2.391	-	2.391
Baixas	644	4.763	28.335	14.036	47.778	-	47.778
Em 31 de dezembro	(2.227.930)	(1.468.467)	(1.234.877)	(423.447)	(5.354.721)	-	(5.354.721)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro	2.873.466	1.466.902	1.508.695	195.829	6.044.892	372.672	6.417.564

A movimentação do imobilizado de 2018 encontra-se publicada na nota explicativa 16 das demonstrações contábeis de 2018.

Reversão (provisão) de perdas ao valor recuperável

Vagões

O valor de R\$10.431 refere-se a constituição de provisão para corte de vagões.

Reclassificação direito de uso

Os valores informados nessa rubrica, tanto no custo como na depreciação, referem-se aos arrendamentos reconhecidos anteriormente como arrendamento mercantil financeiro de acordo com o CPC 06/IAS17 que foram reclassificados para a rubrica de “Direito de Uso” conforme informado na nota explicativa 3.

Baixas

Locomotivas e Vagões

Os valores líquidos de R\$16.133 e R\$25.438, apresentados nos grupos de locomotivas e vagões respectivamente, são decorrentes principalmente das baixas de ativos que deram perda total com o rompimento da barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho. Adicionalmente, pequena parcela destes valores é decorrente de processos de substituição de vagões aprovados junto ao DNIT/ANTT e a baixas de componentes.

Imobilizado em andamento

A baixa de R\$14.037 de imobilizado em andamento refere-se, basicamente, a projetos de investimento que por não apresentarem viabilidade, não serão mais realizados.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi R\$187 (R\$219 em 2018). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 6,94% ao ano (7,37% no ano de 2018), que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia.

Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização.

16.2 Direito de uso em arrendamento

A movimentação e saldo dos ativos de Direito de Uso está demonstrada abaixo:

	2019						
	Bens vinculados à concessão	Máquinas e equipamentos	Veículos	Imóveis	Equipamentos de informática	Outros	Total
Custo direito de uso							
Reconhecimento inicial	1.890.825	54	15.088	6.028	34.622	71	1.946.688
Despesas pagas antecipadamente	163.392	-	-	-	-	-	163.392
Subarrendamento	(41.004)	-	-	-	-	-	(41.004)
Adições	53.893	433	-	354	1.705	180	56.565
Em 31 de dezembro	2.067.106	487	15.088	6.382	36.327	251	2.125.641
Depreciação direito de uso							
Reconhecimento inicial	-	-	-	-	(3.100)	-	(3.100)
Adições	(252.397)	(285)	(9.766)	(1.357)	(6.078)	(40)	(269.923)
Em 31 de dezembro	(252.397)	(285)	(9.766)	(1.357)	(9.178)	(40)	(273.023)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro	1.814.709	202	5.322	5.025	27.149	211	1.852.618

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

17. Intangível

O intangível está constituído da seguinte forma:

a) Aquisição/desenvolvimento de sistemas informatizados e *software*

	2019			2018
	Sistemas informatizados e <i>software</i>	Projetos em andamento	Total	Total
Custo				
Em 1º de janeiro	225.996	7.348	233.344	222.492
Adições	-	13.289	13.289	10.854
Transferências	8.415	(8.415)	-	-
Reclassificação direito de uso	(3.545)	-	(3.545)	-
Baixas	(10.775)	-	(10.775)	(2)
Em 31 de dezembro	220.091	12.222	232.313	233.344
Amortização				
Em 1º de janeiro	(197.257)	-	(197.257)	(187.821)
Adições	(8.832)	-	(8.832)	(9.438)
Reclassificação direito de uso	709	-	709	-
Baixas	10.572	-	10.572	2
Em 31 de dezembro	(194.808)	-	(194.808)	(197.257)
Em 31 de dezembro	25.283	12.222	37.505	36.087

A movimentação do intangível de 2018 encontra-se publicada na nota explicativa 17 das demonstrações contábeis de 2018.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano.

Reclassificação Direito de Uso

Os valores informados nessa rubrica, tanto no custo como na depreciação, referem-se aos arrendamentos classificados anteriormente como arrendamento mercantil financeiro de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 que foram reclassificados para a rubrica de “Direito de Uso” conforme informado na nota explicativa 3.

b) Adiantamento concessão

O ativo intangível também é composto pela parcela referente ao adiantamento da concessão (direito de outorga) no valor de R\$8.339 em 31 de dezembro de 2019 (R\$8.407 em 2018).

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

18. Fornecedores

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valores a pagar a partes relacionadas	10	49.849	64.121
Em moeda nacional		184.264	215.548
Em moeda estrangeira		190	25.127
		<u>234.303</u>	<u>304.796</u>
Circulante		197.349	269.935
Não circulante		36.954	34.861

19. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PPR – Plano de Participação nos Resultados / Bônus	81.450	77.470
Provisão para férias e 13º salário	30.367	31.653
Salários a pagar	29.683	27.958
INSS	17.842	18.313
FGTS	5.365	6.066
IRRF a pagar	4.280	4.370
Outros	9.222	14.352
	<u>178.209</u>	<u>180.182</u>

20. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de renda	170.743	102.561
Contribuição social sobre o lucro líquido	38.292	9.756
	<u>209.035</u>	<u>112.317</u>

O aumento no imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido a pagar deve-se ao reconhecimento da provisão dos mecanismos de proteção de receita mencionados na nota explicativa 10 (b).

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

21. Outras obrigações fiscais

	2019	2018
COFINS (*)	68.546	11.997
PIS (*)	13.941	2.016
ICMS	13.089	5.963
Outros	10.795	4.473
	106.371	24.449

(*) O aumento nos tributos de PIS e COFINS deve-se ao reconhecimento da receita decorrente dos mecanismos de proteção de receita mencionados na nota explicativa 10 (b).

22. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

	2019	2018
<u>Moeda nacional</u>		
FINEM (a)	551.361	566.662
DULC (b)	101.355	160.096
FINAME e BNDES automático (c)	17.231	57.750
	669.947	784.508
Custos da transação	(1.993)	(2.492)
	667.954	782.016
<u>Moeda estrangeira</u>		
Banco MUFG (d)	607.008	583.007
Ajuste de <i>hedge</i> de valor justo - Banco MUFG	10.100	3.851
Ex-Im (e)	-	8.384
	617.108	595.242
Custos da transação	(29)	(27)
	617.079	595.215
<u>Debêntures</u>		
6ª Emissão (f)	-	9.449
7ª Emissão	744.376	718.055
8ª Emissão	397.620	396.554
9ª Emissão	661.929	-
	1.803.925	1.124.058
Custos da transação	(23.436)	(24.163)
	1.780.489	1.099.895
Total de empréstimos e financiamentos + custo da transação	3.065.522	2.477.126
Circulante	714.499	419.477
Não circulante	2.351.023	2.057.649

(a) As operações de FINEM, contratadas de forma direta e indireta junto ao BNDES, possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais “spread” até 3,41% ao ano ou taxa fixa de 2,50% ao ano até 5,50% ao ano. Estes financiamentos serão utilizados para cobrir gastos que visam a redução do número de acidentes, a melhoria do ciclo operacional e a aquisição de material rodante, além da construção de passarelas, viadutos,



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

passagens inferiores e projetos sociais. O prazo final de amortização desses contratos é 15 de junho de 2024. Essas operações têm como garantia recebíveis de contratos comerciais que perfazem, no mínimo, 130% do serviço da dívida, alienação fiduciária dos bens financiados e direitos emergentes. Em março de 2019 ocorreu uma captação no montante total de R\$140.000 mil, com taxa nominal de TLP +3,00% ao ano.

- (b) O DULC, operação direta com o BNDES, possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a encargos de TJLP mais “spread” de até 2,06% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. Esta operação tem como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de expansão da via permanente, de modernização e recuperação de ativos, de confiabilidade de infraestrutura, além de compras de locomotivas e projetos sociais. O prazo final de amortização desses contratos é 15 de junho de 2023. A garantia deste contrato é composta por recebíveis de contratos comerciais que perfazem, no mínimo, 130% do serviço da dívida e direitos emergentes da concessão. Em 2019 não ocorreram novas captações nesta linha.
- (c) O FINAME e o BNDES automático são financiamentos com recursos do BNDES, repassados à Companhia de forma indireta via instituições financeiras, com taxa nominal igual à taxa efetiva. Os FINAMES tiveram como finalidade a aquisição de vagões e locomotivas novos, enquanto, a linha do BNDES automático financiou projeto de inovação tecnológica que prevê a redução do consumo de combustível nas locomotivas. Esses financiamentos estão sujeitos a encargos de TJLP mais “spread”, equivalente a uma TIR (taxa interna de retorno) de 9,70% ao ano, ou taxa fixa de 4,50% ao ano. O prazo final de amortização desses contratos é 15 de janeiro de 2022. Estas operações possuem como garantia a alienação fiduciária dos bens financiados. Ao longo de 2019, não ocorreram captações dessas modalidades de crédito.
- (d) Os financiamentos junto ao Banco MUFG possuem taxa fixa nominal igual à taxa efetiva. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía três (3) captações ativas, sendo a primeira delas, contratada e desembolsada em maio de 2017, com juros de 2,49% ao ano no primeiro ano e, de 2,59% ao ano, nos anos seguintes até o final do contrato e, a segunda contratada e desembolsada em agosto de 2018, com juros de 4,82% ao ano, no primeiro ano e, de 4,59% ao ano para os demais, com a terceira delas, contratada e desembolsada em abril de 2019, com juros de 3,37% ao ano, nos primeiros seis meses, e de 3,49% ao ano, para os seis meses seguintes. Essas captações em dólar tiveram como objetivo o reforço do caixa da Companhia para os investimentos realizados. A Companhia não constituiu garantia para estes contratos e o prazo final de amortização é maio de 2020 para o firmado em 2017, agosto de 2023 para o desembolsado em 2018 e abril 2020 para o desembolsado em 2019. Em março de 2019 houve a quitação total do financiamento com o Banco MUFG, contratado em setembro de 2013, sendo que o saldo em 31 de dezembro de 2019 é referente às contratações de 2017, 2018 e 2019.
- (e) O financiamento junto ao *Export-Import Bank of the United States* (Ex-Im), estava sujeito à taxa fixa nominal de 3,30% ao ano. Contratado em março de 2009 e desembolsado em abril do mesmo ano, esta operação teve como objetivo a compra de 38 locomotivas novas, as quais constituem a própria garantia do contrato. Em março de 2019 foi amortizada a última parcela do financiamento junto ao *Export-Import Bank of the United States* (Ex-Im), contratado em março de 2009.

- (f) Debêntures:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- **6ª Emissão**

Geral de Debenturistas da 6ª emissão de Debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das Debêntures, pela alteração do atual item "XIV" da cláusula 7.1. da Escritura de Emissão para seguinte forma: "XIII. rebaixamento na classificação de risco da Emissora, durante o prazo de vigência das Debêntures, para rating "A-" (escala nacional) ou inferior, atribuída pela Agência de Classificação de Risco, exceto se aprovado por Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;" e pela repactuação da taxa de juros de variação do CDI + 0,90% para variação do CDI + 2,90%, desde 20 de abril de 2016 até a data de vencimento da emissão. O prazo final de amortização do contrato foi 10 de dezembro de 2019.

Em 27 de dezembro de 2017, a Companhia adquiriu cerca de 90,6% das debêntures da 6ª emissão, totalizando R\$182.040 mil, através de operação de Tender Offer (oferta pública de recompra de papéis que estão no mercado). Em dezembro de 2019 foi amortizada a última parcela da 6ª emissão de debêntures.

- **7ª Emissão**

Em 15 de fevereiro de 2015, a Companhia emitiu R\$550.726 em debêntures, sendo R\$336.340 relativos à 1ª série da emissão e, R\$214.386 relativos à 2ª série da emissão. Devido à correção do valor da emissão prevista na escritura entre a data de emissão e a data de liquidação o total desembolsado foi de R\$555.003.

A emissão ocorreu nos termos da Instrução CVM nº 400, tendo sido emitidas 550.726 debêntures simples não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com o valor unitário de R\$1. Os recursos obtidos com a emissão foram utilizados integralmente para financiar os projetos de revitalização da via permanente e expansão do projeto de comunicação CBTC (*Communication Based Train Control*), aprovados e considerados prioritários pelo Ministério dos Transportes, razão pela qual as debêntures contam com benefícios de isenção tributária de acordo com a Lei nº 12.431.

A primeira série dessa emissão possui prazo de 7 anos, com amortização no 6º e 7º ano e está sujeita a uma taxa de IPCA + 5,9828% ao ano. Já a segunda série da emissão, possui prazo de 10 anos, com amortização no 8º, 9º e 10º ano e a sua taxa de juros é de IPCA + 6,4277% ao ano. Os pagamentos dos juros das duas séries é anual.

No dia 6 de abril de 2016, a Assembleia Geral de Debenturistas da 7ª emissão de Debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das Debêntures, pela renúncia da hipótese das Debêntures virem a ter sua classificação de risco rebaixada em dois *notches*, em relação à classificação de risco das Debêntures na data de emissão, até a data de 15 de fevereiro de 2024 e pelo pagamento de prêmio (*flat*), incidente sobre o valor nominal unitário devidamente atualizado, equivalente a 4,35% para as Debêntures da 1ª Série e 5,35% para as debêntures da 2ª Série. Os prêmios foram pagos no dia 15 de abril de 2016, com base no valor nominal unitário atualizado do dia 14 de abril de 2016.

- **8ª Emissão**

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia realizou sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 40 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 2ª e 3ª, totalizando uma captação no montante de R\$400.000, sendo R\$217.960 alocados na 2ª série e R\$182.040 na 3ª série. A

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

emissão poderia ter sido realizada em até 3 séries, mas, após procedimento de *bookbuilding*, foi definida a emissão apenas da 2ª e 3ª séries, com o cancelamento da 1ª série.

A 2ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 108,30% do CDI ao ano, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 4º e 5º ano.

A 3ª série foi destinada exclusivamente aos debenturistas detentores dos papéis da 6ª emissão de debêntures da Companhia, no âmbito de operação de *Tender Offer*. Os debenturistas da 6ª emissão que aderiram ao *Tender Offer* venderam suas debêntures para a Companhia pelo valor na curva e adquiriram os papéis da 8ª emissão | 3ª série, destinada exclusivamente a estes investidores. A 3ª série da 8ª emissão foi emitida a uma taxa fixa de 109,50% do CDI ao ano, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 3º, 4º e 5º ano.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão, foram utilizados para reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

• 9ª Emissão

Em 15 de abril de 2019, a Companhia realizou sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 65 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 1ª e 2ª, totalizando uma captação no montante de R\$650.000 mil, sendo R\$367.150 alocados na 1ª série e R\$282.850 na 2ª série.

A 1ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de IPCA+4,095% a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no último ano.

A 2ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 106,4% do CDI a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 4º e 5º anos.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão, foram utilizados para projetos de investimentos, reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:

	2021	2022	2023	Após 2023	Total
FINAME	5.938	2.743	256	-	8.937
DULC	33.159	25.658	9.078	-	67.895
FINEM	125.301	92.612	23.472	148.268	389.653
Debêntures	382.805	384.821	233.107	697.663	1.698.396
Banco MUFG	67.178	67.178	69.726	-	204.082
	614.381	573.012	335.639	845.931	2.368.963

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em 31 de dezembro 2019, os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

	Circulante	Não circulante				Total	
	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total	CP + LP
DULC	139	132	109	44	-	285	424
FINEM	364	285	188	119	611	1.203	1.567
FINAME	2	1	-	-	-	1	3
Debêntures	6.984	5.365	3.115	2.881	5.090	16.451	23.435
Banco MUFG	29	-	-	-	-	-	29
	7.518	5.783	3.412	3.044	5.701	17.940	25.458

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o montante dos custos de transações incorrido em cada processo de captação foi:

	2019	2018
FINEM	140.000	101.063
(-) custos de captações	(1.232)	(1.232)
% custos/Valor captação	-0,88%	-1,22%
Banco MUFG	95.500	-
(-) custos de captações	(29)	-
% custos/Valor captação	-0,03%	-
Debêntures 9ª emissão	650.000	-
(-) custos de captações	(5.890)	-
% custos/Valor captação	-0,91%	-

Para as captações do Banco MUFG, no exercício de 2018 não houve custo de captação.

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de índices financeiros. Todos os *covenants* foram atendidos em 31 de dezembro de 2019. As debêntures emitidas pela Companhia também possuem cláusulas restritivas relativas à manutenção de índices financeiros, que foram cumpridos em 31 de dezembro de 2019. As debêntures da 7ª emissão possuem cláusulas de manutenção de *rating* mínimo de classificação de risco atribuível pela *Standard and Poor's* e, que também foram atendidas no período informado. As debêntures da 8ª e 9ª emissão não possuem cláusulas de manutenção de *rating* mínimo de classificação de risco.

Para efeito de cumprimento das restrições financeiras (covenants), a Companhia utiliza as cláusulas mais restritivas dos contratos em vigor, sendo de 2,5x para a relação Dívida Líquida/EBITDA e, de 4,0x para a relação EBITDA/Desp. Financeira Líquida.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

23. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis referentes aos direitos de uso da Companhia foram agrupados, de acordo com sua natureza em:

Bens vinculados à concessão: contrato com a União referente aos bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

Máquinas e equipamentos, veículos: aluguel de plataforma aérea, empilhadeira, veículos e demais.

Imóveis: locação de áreas, salas comerciais, garagens, edificações e outros.

Equipamentos de informática: equipamentos de informática, eletrônicos e *software*.

Outros: container e outros.

A movimentação e saldo dos arrendamentos mercantis estão demonstradas a seguir:

	2019						
	Bens vinculados à concessão	Máquinas e equipamentos	Veículos	Imóveis	Equipamentos de informática	Outros	Total
Arrendamento a pagar							
Reconhecimento inicial	2.709.836	58	16.609	7.545	32.994	80	2.767.122
Adições	70.437	517	-	957	3.290	204	75.405
Pagamentos	(352.262)	(273)	(10.424)	(1.692)	(13.794)	(26)	(378.471)
Em 31 de dezembro	2.428.011	302	6.185	6.810	22.490	258	2.464.056
Juros a transcorrer							
Reconhecimento inicial	(692.144)	(4)	(1.521)	(1.517)	(3.266)	(9)	(698.461)
Adições	(16.545)	(38)	-	(160)	(1.996)	(25)	(18.764)
Juros transcorridos	155.589	27	921	434	2.985	5	159.961
Em 31 de dezembro	(553.100)	(15)	(600)	(1.243)	(2.277)	(29)	(557.264)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro	1.874.911	287	5.585	5.567	20.213	229	1.906.792
Circulante	239.428	245	2.524	1.289	12.453	95	256.034
Não Circulante	1.635.483	42	3.061	4.278	7.760	134	1.650.758

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

O fluxo de pagamentos futuros dos arrendamentos mercantis é como segue:

	2020	Em até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Bens vinculados à concessão	381.941	1.798.527	247.543	2.428.011
Máquinas e equipamentos	257	45	-	302
Veículos	2.875	3.310	-	6.185
Imóveis	1.677	4.513	620	6.810
Equipamentos de informática	14.206	8.284	-	22.490
Outros	115	147	-	258
	<u>401.066</u>	<u>1.814.183</u>	<u>248.163</u>	<u>2.464.056</u>

24. Instrumentos financeirosOperações com instrumentos financeiros

O cálculo do valor justo de aplicações (Equivalentes de caixa e Caixa restrito), é realizado da seguinte forma: para aplicações com carência inferior ou igual a 60 dias, considera-se o valor justo como sendo o próprio valor original. Caso a carência seja superior a 60 dias, calcula-se a rentabilidade pela taxa de juros contratada até o fim da carência, descontando-se, a seguir, por uma taxa mais elevada, equivalente a 110% da taxa contratada, o que representa uma penalidade pela eventual saída da aplicação no período de não liquidez.

Para os empréstimos e financiamentos que possuem cotação pública de mercado para a taxa de juros de referência, calcula-se o fluxo até o vencimento com a taxa contratual e, em seguida, desconta-se pela taxa atualizada constante da fonte pública. Para os empréstimos e financiamentos que não têm fonte pública de taxa de juros, depois de calcular o fluxo até o vencimento com a taxa contratual, desconta-se pela taxa de juros de operações semelhantes em termos de risco e prazo. Eventualmente, no caso de dificuldade em identificar financiamentos comparáveis, a taxa de desconto é determinada através de consulta a instituições financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, que divergem dos seus valores justos:

	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Contas a receber de clientes	1.074.904	1.041.496	471.210	463.688
Passivos				
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	617.108	617.452	595.242	599.345

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que: (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Classificação dos instrumentos financeiros

A seguir apresentamos os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia e sua respectiva classificação.

	2019				2018			
	Custo amortizado	VJR	VJR/operações usadas para hedge	Total	Custo amortizado	VJR	VJR/operações usadas para hedge	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	668.264	-	668.264	-	276.653	-	276.653
Caixa restrito	-	2.033	-	2.033	-	69.309	-	69.309
Contas a receber e outras contas a receber	1.168.438	-	-	1.168.438	539.309	-	-	539.309
Ganhos em operações com instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
derivativos – <i>swap</i> /NDF	-	-	96.344	96.344	-	-	83.031	83.031
Total	1.168.438	670.297	96.344	1.935.079	539.309	345.962	83.031	968.302
	2019				2018			
	Custo amortizado	VJR	VJR/operações usadas para hedge	Total	Custo amortizado	VJR	VJR/operações usadas para hedge	Total
Passivos								
Fornecedores	234.303	-	-	234.303	304.796	-	-	304.796
Empréstimos e financiamentos em R\$	669.947	-	-	669.947	784.508	-	-	784.508
Empréstimos e financiamentos em USD	607.008	-	-	607.008	591.391	-	-	591.391
Debêntures	1.803.925	-	-	1.803.925	1.124.058	-	-	1.124.058
Perdas em operações com instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
derivativos – <i>swap</i> /NDF	-	-	12.277	12.277	-	-	24.391	24.391
Ajuste em <i>Hedge</i> de Valor Justo - Banco de MUFG	-	-	10.100	10.100	-	-	3.851	3.851
Total	3.315.183	-	22.377	3.347.560	2.804.753	-	28.242	2.832.995

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

A política contábil para registro das operações com instrumentos financeiros derivativos estão descritas na nota explicativa 4.3 (v) destas demonstrações.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Desta forma, as operações de *swap* que em 31 de dezembro de 2019 apresentavam saldo líquido a receber no valor de R\$84.067 (R\$58.640 em 31 de dezembro 2018), tiveram suas variações contabilizadas no resultado.

A Companhia documentou tal relação de *hedge* como *Hedge* de Valor Justo após testes

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

comprovarem que é esperado que o *hedge* seja altamente eficaz na compensação do valor justo do objeto de *hedge*. A efetividade é mensurada a partir de testes de eficácia prospectiva, avaliada pelo método estatístico de redução da volatilidade. O *hedge* é considerado eficaz quando o quociente de eficácia do teste prospectivo resultar em valor igual ou maior que 80%.

A partir da designação do *swap* para *Hedge* de Valor Justo, a variação do valor justo do *hedge* permanece sendo registrada no resultado financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* designado que é registrado no passivo como contrapartida no resultado financeiro.

	Objeto de Hedge de valor justo	
	2019	2018
Dívida	607.008	583.007
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	10.100	3.851
	Impacto no resultado financeiro	
	2019	2018
<u>Receita financeira</u>		
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	626	3.840
<u>Despesa financeira</u>		
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	(6.875)	(8.659)
Resultado financeiro líquido	(6.249)	(4.819)

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Derivativo designado para <i>Hedge</i> de Valor Justo Tipo de contrato	Valor de referência (nocional)		Valor justo	
	2019	2018	2019	2018
Contratos de <i>swap</i> (dólar fixo para real CDI)				
Posição ativa				
Dólar Fixo	546.405	620.585	617.451	587.513
Posição passiva				
Real CDI	546.405	620.585	(551.924)	(515.683)
Total dos contratos de <i>swap</i>			65.527	71.830
Provisão de IR sobre ganhos <i>swap</i>			(10.185)	(13.153)
Total dos contratos de <i>swap</i> líquidos de IR			55.342	58.677
<u>Classificados</u>				
No ativo circulante			51.645	34.096
No ativo não circulante			4.702	48.383
No passivo circulante			(1.005)	(19.625)
No passivo não circulante			-	(4.177)
			55.342	58.677



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Derivativos não designados	Valor de referência (nocional)		Valor justo	
	2019	2018	2019	2018
Tipo de contrato				
Contratos de <i>hedge</i>				
Posição ativa				
Dólar Fixo (dólar fixo para real CDI)	-	8.278	-	16.647
IPCA (IPCA para CDI)	367.150	-	407.335	-
Euro variável para dólar fixo	-	23.738	-	20.974
Dólar variável para real fixo	-	7.449	-	8.878
Posição passiva				
Real CDI (dólar fixo para real CDI)	-	8.278	-	(17.236)
CDI (IPCA para CDI)	367.150	-	(371.429)	-
Euro variável para dólar fixo	-	23.738	-	(20.672)
Dólar variável para real fixo	-	7.449	-	(8.531)
Total dos contratos de <i>hedge</i>			<u>35.906</u>	<u>60</u>
Provisão de IR sobre ganhos <i>swap</i> /NDF			(7.181)	(97)
Total dos contratos de <i>swap</i> /NDF líquidos de IR			<u>28.725</u>	<u>(37)</u>
Classificados				
No ativo circulante			-	552
No ativo não circulante			39.997	-
No passivo circulante			(11.272)	(589)
			<u>28.725</u>	<u>(37)</u>

A Companhia conta com instrumentos derivativos de *swap*. Para a ponta ativa do *swap*, atrelada a uma taxa fixa mais variação cambial do dólar/euro, é calculado o valor pela taxa contratual até o vencimento e depois descontado pela taxa de cupom cambial correspondente ao prazo restante, compreendido entre o vencimento e a data atual. Finalmente, o valor resultante deste cálculo é convertido pela taxa de câmbio atual.

Para a ponta passiva, que está atrelada a um determinado percentual de CDI, calcula-se o valor até o vencimento aplicando este percentual. Em seguida, desconta-se este resultado à taxa de 100% do CDI até a data atual.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Descrição	2019			2018		
	Valor Nocial	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocial	Valor Justo	Vencimentos
Contratos de "swap"						
Posição ativa						
Moeda estrangeira	546.405	617.451	Abr/20	628.863	604.160	Mar/19
IPCA	367.150	407.335	Até Abr/24	-	-	Até Ago/23
Posição passiva						
Taxas (pós)	913.555	923.353		628.863	532.919	
Contratos de "NDF"						
Posição ativa						
Moeda estrangeira	-	-	-	31.187	29.852	Dez/18
Posição passiva						
Moeda estrangeira	-	-		31.187	29.203	Até Mai/20

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

Instituição	MRS Recebe	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial Contratado	Valor Justo 2019 (R\$) Ativa	Valor Justo 2019 (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa – Passiva (*)
Contratos de swap								
Banco MUFG	USD + 3,10%a.a.	102,8 a 106,5% do CDI	12/04/19	09/04/20	\$25.000	101.404	96.524	4.880
Banco MUFG			24/05/17	17/05/20	\$75.000	302.753	246.587	56.166
Banco MUFG			27/08/18	23/08/23	\$50.000	213.294	208.812	4.482
Banco Mizuho	IPCA	CDI	30/04/19	15/04/24	R\$100.000	110.945	101.166	9.779
Banco JP Morgan	IPCA	CDI	30/04/19	15/04/24	R\$267.150	296.390	270.264	26.126
Total						1.024.786	923.353	101.433

(*) Valores brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$17.366, totalizando uma posição líquida de derivativos de R\$84.067.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia ao mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros, avalia o risco de crédito de suas contrapartes e o seu próprio risco de crédito.

24.1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a receber de R\$84.067 em 31 de dezembro de 2019, bem como os instrumentos financeiros associados ao caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito) foram classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados no Nível 3 e Nível 1 na Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram transferências entre os níveis.

	2019		2018	
	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível
Ativos (Passivos)				
Instrumentos financeiros derivativos ativos	96.344	2	83.031	2
Instrumentos financeiros derivativos passivos	(12.277)	2	(24.391)	2
Caixa e equivalentes de caixa	668.264	2	276.653	2
Caixa restrito	2.033	2	69.309	2

24.2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A alta administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta Administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A política para gestão de risco financeiro é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração.

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de: (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos; e (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos.

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela Administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia tem sido coberta por contratos de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros.

24.3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

24.4. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a perdas financeiras provocadas por alterações nas taxas de juros em que possui exposição.

A Companhia possui passivos relevantes atrelados a taxas de juros locais pós-fixadas como CDI, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, TLP e IPCA.

Os riscos associados ao CDI, à TJLP, à TLP e ao IPCA são avaliados por análise de sensibilidade, na qual as taxas são aumentadas em 25% (cenário I) e 50% (cenário II) em relação às taxas do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando como base o índice de preços IPCA e a meta para taxa Over Selic disponibilizados no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil no dia 31 de dezembro de 2019, além da TJLP e TLP divulgadas pelo Banco Central do Brasil na mesma data.

Na tabela abaixo, é possível notar que, na data-base de 31 de dezembro de 2019, o aumento de 50% tanto do CDI quanto da TJLP e TLP (cenário II), representa uma perda inferior a 5% de aumento da posição passiva líquida, aproximadamente, R\$25.744 (R\$47.055 em 31 de dezembro de 2018), quando comparado ao cenário provável, motivo pelo qual a Companhia decidiu não utilizar instrumentos derivativos para minimizar esta exposição.

Em milhões de reais

	Base 2019	Provável	Cenário I	Cenário II
CDI	6,40%	7,25%	9,06%	10,88%
TJLP	5,57%	7,03%	8,79%	10,55%
TLP	6,76%	6,79%	8,49%	10,19%
IPCA	4,23%	3,95%	4,94%	5,93%
<u>Passivo</u>	2.210,1	2.331,2	2.351,0	2.381,2
Dívida em TJLP	171,0	183,0	175,5	178,4
Dívida em TLP	235,3	251,2	255,2	259,2
Dívida em CDI	661,8	709,9	721,9	733,9
Dívida em IPCA	1.142,0	1.187,1	1.198,4	1.209,7
<u>Ativo</u>	667,2	715,6	727,7	739,8
Aplicações	667,2	715,6	727,7	739,8
<u>Posição Líquida Descoberta</u>	1.542,9	1.615,6	1.623,3	1.641,4

		Valor contábil	
		2019	2018
Instrumentos de taxa fixa			
Passivos financeiros		880.834	1.035.181
Instrumentos de taxa pós fixada			
Ativos financeiros		670.297	345.962
Passivos financeiros		2.210.146	1.468.627

(b) Risco de taxa de câmbio

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano, que encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com variação positiva de 8,42% (17,12% em 31 de dezembro de 2018).

	2019	2018
Ativos em moeda estrangeira		
Importações em andamento	1.769	1.474
Adiantamento a fornecedores	132	-
Instrumentos financeiros de <i>swap</i> /NDF	617.451	634.012
	619.352	635.486
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(190)	(25.127)
Empréstimos e financiamentos	(617.108)	(595.242)
	(617.298)	(620.369)
Exposição líquida	(2.054)	15.117

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito do derivativo mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2019 e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia. O primeiro passo foi a identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que resumiu-se à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda de 31 de dezembro de 2019 e os juros acumulados no período. Adicionalmente, foram traçados três cenários, I, II e III, que representam, respectivamente, o cenário provável e os possíveis cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco.

Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio do final de 2019 divulgada no último Relatório Focus – Bacen anterior ao fechamento do exercício. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

A tabela abaixo representa a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para o ano de 2019.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Risco de apreciação do Dólar – 2019

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Hedge - Ponta Ativa de Swap	2,957	155,102	310,204
Dívida em US\$	(2,955)	(155,016)	(310,032)
Risco líquido da operação no aumento US\$	0,002	0,086	0,172

	Exposição (R\$ milhões)	Exposição provável (R\$ milhões)	Real	Taxa esperada	Impacto	
					25%	50%
Ponta Ativa de Swap	617,5	620,4	4,03	4,05	5,06	6,08
Dívida em Dólar	(617,1)	(620,1)	4,03	4,05	5,06	6,08

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

(c) Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	668.264	276.653
Caixa restrito	2.033	69.309
Contas a receber	1.168.438	539.309
Instrumentos financeiros derivativos – swap/NDF	84.067	83.031
Total	1.922.802	968.302

Contas a receber

A Companhia possui suas contas a receber concentradas em alguns grandes clientes, que também são suas partes relacionadas (nota explicativa 10), representando, em 31 de dezembro de 2019, 88,62% do contas a receber total (81,77% em 31 de dezembro de 2018).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas “cativas” e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para estes clientes, o risco de crédito é relativamente baixo em função dos mecanismos mitigadores definidos em contrato de prestação de serviços.

Para os clientes com transporte de cargas não “cativas”, a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Nestes casos, a Companhia exerce uma gestão diária de crédito e cobrança. Em caso de inadimplência, a cobrança é realizada com o

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

envolvimento direto dos gestores responsáveis pelos contratos comerciais, podendo até mesmo acarretar na suspensão temporária da prestação do serviço.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia está sujeita a risco de crédito associado às aplicações financeiras que realiza, tendo em vista o risco de insolvência das instituições na qual a Companhia mantém suas aplicações, que pode implicar na perda total ou parcial dos recursos aplicados. Em 31 de dezembro 2019, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$668.264 (R\$276.653 em 31 de dezembro de 2018), que estavam alocados em conta corrente ou em aplicações em CDB ou em operações compromissadas que possuíam compromisso formal de recompra pelas instituições financeiras.

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	2019
AAA+	236.691
AA+	266.099
AA	134.528
A ou A+	30.946
Total	668.264

(d) Risco de liquidez

A operação da Companhia é intensa em capital e parte desse investimento é financiada por empréstimos e financiamentos. Esta alavancagem, conforme demonstrada no quadro abaixo, gera uma demanda por caixa, sendo certo que o investimento da Companhia possui elevada resiliência, ou seja, sendo possível ajustá-lo ao longo do exercício conforme a evolução dos negócios.

A posição atual de caixa da Companhia é considerada robusta e contou ao longo do ano de 2019, com o reforço tanto da forte geração de caixa, quanto por novas captações de longo prazo via mercado financeiro e BNDES, estando estes movimentos já direcionados internamente e estrategicamente distribuídos tanto no primeiro como no segundo semestre de 2019. Tais recursos farão frente a parte do montante estimado de investimentos para o próximo ano.

A Companhia conta, atualmente, com linhas de financiamento de longo prazo já aprovadas junto a instituições financeiras relevantes. Entretanto, em virtude da posição de caixa considerada confortável e resiliente geração de caixa, a Administração avalia internamente o melhor momento para tais captações.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2019 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Fluxo de Caixa não Descontado – 2019					
	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	550.429	245.337	741.002	953.861	851.355
Partes relacionadas	36.361	14.700	15.233	47.259	13.233
Fornecedores	158.928	188	25.338	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Swaps utilizados para hedge (USD)	61.041	(216)	(101)	4.803	-
Fluxo de Caixa não Descontado – 2018					
	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	374.178	170.957	772.360	1.223.602	476.561
Partes relacionadas	29.744	35.388	13.398	54.743	20.733
Fornecedores	218.909	-	21.766	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Swaps utilizados para <i>hedge</i> (USD)	28.039	(6.431)	27.614	7.467	-

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados na nota explicativa 22. Os passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.

Gestão do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida em relação ao capital no final do período é apresentada a seguir:

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2019	2018
Total do passivo	6.621.672	4.174.969
(-) Caixa e equivalente de caixa	668.264	276.653
(-) Caixa restrito	2.033	69.309
Obrigações líquidas	5.951.375	3.829.007
Total do patrimônio líquido	4.102.527	3.844.206
Relação das obrigações líquidas sobre o capital	1,451	0,996

25. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme legislação societária.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	503.355	521.616
Apropriação para reserva legal	(25.168)	(26.080)
Lucro líquido base para determinação dos dividendos	478.187	495.536
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	119.547	123.884
Dividendos a pagar de exercícios anteriores	151	113
Total dos dividendos a pagar	119.698	123.997

Em 10 de dezembro de 2019 foram pagos R\$247.768 de dividendos (2018 – R\$219.094), sendo R\$123.884 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$123.884 referentes a dividendos adicionais aprovados em Assembleia Geral Extraordinária de 25 de novembro de 2019.

26. Concessão e arrendamento a pagar

	2019	2018
Concessão a pagar	6.474	6.677
Arrendamento a pagar (a)	-	126.867
	6.474	133.544
Circulante	3.812	74.120
Não circulante	2.662	59.424

(a) Devido a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, o saldo dessa rubrica foi remensurado e reclassificado para rubrica de arrendamento mercantil. Os detalhes da operação estão descritos na nota explicativa 3.

O saldo de concessão a pagar refere-se ao reconhecimento das obrigações a pagar incorridos até esta data. As obrigações do passivo circulante são registradas linearmente, pelo regime de



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

O contrato de concessão prevê que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário, a Companhia pagará o total em 116 parcelas trimestrais, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2019 restavam 26 parcelas trimestrais de R\$4.756, totalizando o montante de R\$123.656. Estes valores já incluem a capitalização dos juros contratuais de 10,99% ao ano e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2019 com base no último índice contratual, IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.

O fluxo de pagamentos futuros de concessão é como segue:

	2020	Em até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Concessão	19.029	95.938	8.689	123.656

Em janeiro de 2020, a Companhia efetuou o pagamento da 91ª parcela da concessão, no montante de R\$4.756.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

27. Tributos diferidos

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

	2019	2018
Ativo		
Provisão contingências	180.512	120.424
Provisões diversas	80.216	36.703
Provisão perda ativos	8.464	5.741
Provisão perda ICMS	5.814	8.874
Passivo plano de saúde	1.304	1.278
Total ativo	276.310	173.020
Passivo		
Depreciação	114.148	114.058
Amortização ajustes RTT (a)	140.219	160.443
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	52.956	74.282
Capitalização de juros	105	105
Instrumentos financeiros derivativos - swap	29.667	21.081
P&D depreciação acelerada 2008 / 2009 / 2012 Lei 11.196/05	2.830	4.146
Total passivo	339.925	374.115
Total líquido	63.614	201.095

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.

- (a) O valor de R\$339.924 (R\$374.115 em 31 de dezembro de 2018) referente ao passivo diferido contempla a parcela de desconstituição (amortização) dos ajustes decorrentes do RTT – Regime Tributário de Transição. Em virtude desses ajustes a Companhia constituiu IRPJ/CSLL diferido das diferenças entre o resultado societário e fiscal, no valor de R\$241.001, o qual está sendo desconstituído pelo prazo remanescente do contrato de concessão conforme regras prescritas nos artigos 69 da Lei 12.793/14 e 174 da Instrução Normativa RFB nº 1515/14. O valor amortizado em 2019 foi de R\$20.224 (R\$20.224 em 2018), perfazendo um saldo de R\$140.219 em 31 de dezembro de 2019 (R\$160.443 em 2018).

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	2019	2018
Em 1º Janeiro	201.095	235.569
Provisão contingências	(60.088)	(7.843)
Provisões diversas	(43.513)	(2.131)
Provisão plano de saúde	(26)	(103)
Provisão perda ativos	(2.723)	1.157
Provisão perda ICMS	3.060	1.700
Depreciação	90	19.139
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	(21.326)	(21.141)
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	8.586	(3.504)
P&D depreciação acelerada 2008/2009/2012 Lei 11.196/05	(1.316)	(1.519)
Amortização ajustes RTT	(20.224)	(20.224)
Outros	-	(5)
Em 31 de Dezembro	<u>63.615</u>	<u>201.095</u>

28. Provisões

As provisões estão compostas da seguinte forma:

		2019	2018
Provisões para contingências	28.1	526.458	349.730
Provisões para benefícios pós emprego	28.2	6.190	4.174
Provisão ILP (Incentivos de Longo Prazo)		12.568	16.894
Provisão para indenização/multas ao Poder Concedente	28.3	42.553	43.094
Outras provisões		33.458	33.649
		<u>621.227</u>	<u>447.541</u>
Circulante		39.835	40.840
Não circulante		581.392	406.701

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

28.1 Provisões para contingências

As provisões para contingências passivas, classificadas com risco de perda provável, estão registradas no passivo não circulante e estão compostas como segue:

	Previdenciárias e trabalhistas (*)	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total de passivos provisionados
Em 31 de dezembro de 2017	133.806	64.973	127.883	-	326.662
Adições	54.407	4.952	1.511	-	60.870
Atualizações	5.306	5.090	2.213	-	12.609
Baixas por reversões ou pagamentos	(37.935)	(6.137)	(6.339)	-	(50.411)
Em 31 de dezembro de 2018	155.584	68.878	125.268	-	349.730
Adições	194.214	13.013	202	2.073	209.502
Atualizações	44.667	3.479	3.806	575	52.527
Baixas por reversões ou pagamentos	(74.964)	(9.233)	-	(1.104)	(85.301)
Em 31 de dezembro de 2019	319.501	76.137	129.276	1.544	526.458

(*) R\$313.465 (R\$149.724 em 2018) relativos aos processos de natureza trabalhista e R\$6.036 (R\$5.860 em 2018) relativo à provisão de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito ("NFLD") para exigência de contribuições sociais devidas ao INSS, concernentes ao adicional do SAT.

Considerando os depósitos e bloqueios realizados no decorrer do processo, e que ainda encontram-se pendentes, o impacto futuro esperado em caixa está composto como segue:

		2019				
		Quantidade de ações (*)	Valor envolvido	Provisão (**)	Depósitos	Valor líquido
Previdenciárias e trabalhistas	(a)	1.680	758.427	319.501	(62.281)	257.220
Cíveis	(b)	1.056	539.784	76.137	(24.953)	51.184
Fiscais	(c)	176	611.184	129.276	(38.287)	90.989
Ambientais	(d)	48	32.264	1.544	(1.386)	158
Outras	(e)	9	-	-	-	-
		2.969	1.941.659	526.458	(126.907)	399.551

(*) Quantidade de ações relativas aos processos classificados com estimativa de perda possível e provável.

(**) Esse montante não incluiu as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.

(a) Previdenciárias e trabalhistas

As ações previdenciárias e trabalhistas pleiteiam, em sua maioria, a cobrança de horas extraordinárias, parcelas indenizatórias, adicional noturno, intervalo intrajornada, equiparação salarial e adicionais de periculosidade e insalubridade.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total das causas trabalhistas, classificadas com prognóstico de perda possível ou provável, era de R\$758.427 (R\$438.797 em 31 de dezembro de 2018). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado R\$319.501 para 1.014 processos (R\$155.584 em 31 de dezembro de 2018), considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações.

A adição no valor de R\$194.214 deve-se, principalmente, às mudanças de prognóstico, aos resultados dos cálculos decorrentes de decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o período e ao aumento da quantidade de reclamações trabalhistas provisionadas.

Da mesma forma, as baixas de provisão no período perfazem um total de R\$74.964, dos quais o valor de R\$74.347 se refere às reduções por mudanças de prognóstico e o valor de R\$617 a baixa de provisões.

Outrossim, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui uma contingência de R\$212.706 para 666 processos com estimativa de perda possível, os quais não possuem valores constituídos de provisão.

(b) Cíveis

Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 1.056 ações, onde figura como ré em 962 e como autora/confrontante/interessada em 94.

As ações em que a Companhia figura como ré, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários, legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio, contratos de concessão e arrendamento, manutenção no plano de saúde e índice de reajuste de mensalidade de plano de saúde após desligamento de funcionários da Companhia, equiparação do plano de previdência privada ao plano da RFFSA e Ações Cíveis Públicas. O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$487.146 (R\$516.864 em 31 de dezembro de 2018). Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisão de R\$68.677, (R\$68.470 em dezembro de 2018), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda provável.

As ações em que a Companhia figura como autora/confrontante/interessada, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade contratual, ações de cobrança pelo uso da faixa de domínio, usucapião e reintegração de posse. O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$52.638 (R\$57.353 em 31 de dezembro de 2018). Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisão de R\$7.460, (R\$408 em dezembro de 2018), de uma causa com probabilidade de perda provável em que, embora a MRS seja autora, também é ré/reconvinda ou teve condenação em custas sucumbenciais.

A adição no valor de R\$13.013 é decorrente, principalmente, de decisões condenatórias modificativas do valor originalmente provisionado proferido durante o período. A maior adição no valor de R\$2.185, devido a mudança de prognóstico.

Foram realizadas baixas de provisão no período, totalizando R\$9.233, decorrentes da efetivação dos gastos provisionados. A maior baixa foi no valor de R\$2.185.

A Companhia é parte em 973 processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constitui provisão, uma vez que o prognóstico de perda foi classificado como possível. O valor das contingências com prognóstico de perda possível é de R\$459.833 em 31 de dezembro de 2019 (R\$503.178 em 31 de dezembro de 2018) e se refere, principalmente, a ações de indenização decorrentes de acidentes ferroviários.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$750 por sinistro.

(c) Fiscais

A Companhia é parte em 176 processos judiciais e administrativos de natureza tributária, sendo 18 ações de recuperação de tributos e 158 ações com risco possível ou provável de saída de recursos.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total envolvido dessas 158 ações era de R\$611.184 (R\$578.929 em 31 de dezembro de 2018). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado o valor de R\$129.276 (R\$125.268 em 31 de dezembro de 2018), referente a 10 processos considerando a perspectiva de perda provável.

A composição das provisões fiscais com prognóstico de perda provável está composta conforme a seguir:

- ICMS – Os valores de R\$73.749 e R\$52.614 referem-se a processos em que se discute o aproveitamento de créditos de ICMS, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, pela aquisição de bens classificados pela Companhia como insumos ou integrantes do ativo permanente, glosados pela fiscalização estadual.
- Execução fiscal para cobrança de débitos de IRPJ no valor de R\$892, extintos por compensação.
- Execução fiscal para cobrança de débitos de COFINS no valor de R\$398, extintos por compensação.
- Ação anulatória de débitos incluídos de ofício pela autoridade fiscal no REFIS da Crise instituído pela Lei nº 11.941/09, na modalidade de “Parcelamento de saldos remanescentes dos programas REFIS, PAES, PAEX e Parcelamentos Ordinários”, no valor de R\$1.623.

A Companhia é parte em outros 148 processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis. O valor de R\$196.597 refere-se a ações que versam, em sua maioria, sobre:

- IPTU imunidade recíproca. R\$48.613, referem-se a processos administrativos e judiciais relativos à cobrança indevida de IPTU sobre imóveis operacionais, objeto do contrato de concessão, cedidos à Companhia pela União Federal para prestação do serviço de transporte.
- PIS e COFINS tráfico mútuo: R\$17.384, referem-se a exigência do PIS e da COFINS sobre o ingresso de valores a título de tráfico mútuo no caixa da Companhia e, ato contínuo, transferidos a terceiros (receita de outra concessionária).
- PIS e COFINS variação cambial: R\$31.122, referem-se a exclusão dos valores decorrentes de variação cambial da base de cálculo do PIS e da COFINS.
- Não homologação de compensações e desconsideração de pagamentos: R\$45.683
- Multa isolada por não homologação de compensações: R\$4.817

(d) Ambientais

A Companhia é parte em 13 processos judiciais e 35 processos administrativos cujo objeto versa sobre matéria ambiental. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total envolvido nas referidas ações judiciais era de R\$32.264 (R\$16.548 em 31 de dezembro de 2018). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado o valor de R\$1.544

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

referente a 1 processo considerando a perspectiva de perda provável naquela ação, permanecendo os demais como perda 'possível'.

(e) Outras

A Companhia tem 9 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados e vigentes, sendo 2 decorrentes de matéria trabalhista e 7 de matéria cível. Os TACs de matéria trabalhista visam (i) garantir aos dirigentes sindicais o pleno exercício das atividades que tem por objeto a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria profissional e (ii) o preenchimento do percentual de empregados com deficiências estabelecido pelo art. 93 da Lei 8.213/91. Na área cível, existem 7 TACs: (i) no município de Guarujá, versando sobre melhorias da sinalização de segurança, regularização de área da faixa de domínio e disponibilização de caçamba para resíduos; (ii) no município de Santos Dumont, para instalação de janelas acústicas no Fórum da localidade; (iii) no município de Santo André, para reformas de imóveis dentro do pátio ferroviário de Paranapiacaba; (iv) no município de Congonhas, para a construção de 1 viaduto e 2 passarelas no Bairro do Pires; (v) no município de Resende, para reforma do galpão da Estação Ferroviária de Engenheiro Passos e; (vi) no município de Conselheiro Lafaiete, para a doação de veículo à Polícia Militar e contratação de empresa para a produção de filmes de apresentação do patrimônio cultural de cidades integrantes da Comarca de Conselheiro Lafaiete e Piranga e (vii) no município de Itabirito, para a abstenção de supressão de florestas e vegetação sem prévia autorização dos órgãos ambientais na localidade e para o pagamento de multa e valores de perícias realizadas pelo Ministério Público no Inquérito Civil Público.

28.2 Provisões para benefícios pós emprego

	2019	2018
Plano de previdência complementar	-	18
Plano de assistência médica	6.190	4.156
	6.190	4.174

Plano de previdência complementar

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos os colaboradores da MRS a partir da data de criação do plano. O plano é de contribuição definida e a Companhia não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$6.394 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$7.110 em 2018), as quais foram registradas como despesa do exercício.

Em 31 de dezembro de 2019, não existiam passivos em nome da Companhia decorrentes do plano de previdência complementar (R\$18 em 2018).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Plano de assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e respectivos cônjuges administrado junto à Seguradora Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-pagamento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente, e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011.

A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.

Em 31 de dezembro de 2019, o plano contava com 15.953 vidas na Bradesco Saúde e 622 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 16.575 vidas.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme determina o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$41.025 em 31 de dezembro de 2019 (R\$39.290 em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de saúde no valor de R\$6.190 (R\$4.156 em 2018), os quais foram devidamente provisionados no passivo não circulante.

a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	2019	2018
Passivo atuarial líquido em 1º de janeiro	4.156	4.234
Despesa reconhecida no exercício	413	583
Ganho nas obrigações	1.621	(661)
Passivo atuarial em 31 de dezembro	6.190	4.156

b. Movimentação do passivo atuarial:

	2019	2018
Passivo atuarial no início do exercício	4.156	4.234
Custo do serviço corrente	45	146
Juros sobre a obrigação atuarial	368	438
Benefício pago diretamente ao plano	(320)	(259)
(Ganho)/Perda - redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes	1.941	(403)
Passivo atuarial em 31 de dezembro	6.190	4.156

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

c. Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do próximo exercício:

	2020
Custo do serviço corrente	83
Juros sobre as obrigações atuariais	423
Total da despesa a ser reconhecida	506

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial:

Taxa de desconto	3,29% a.a.
Inflação de longo prazo	3,60% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	3,92% a.a. (1)
Fator de envelhecimento	(2)
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

- 1) A inflação médica é utilizada no cálculo do valor presente dos custos assistenciais. Contudo, há que se ressaltar que, nos cálculos relativos a 2019, o valor presente do custo assistencial dos beneficiários da MRS Logística foi inferior ao valor presente das respectivas contribuições, portanto, a obrigação final foi calculada com base no custo administrativo, cujo valor não reflete o crescimento real decorrente da inflação médica e do envelhecimento da massa.
- 2) Com relação ao fator de envelhecimento, também utilizado no cálculo do valor presente dos custos assistenciais, esta consultoria não adota um percentual linear anual, para todas as idades, visto que considera custos assistenciais per capita crescentes por faixa etária e que, portanto, já refletem os efeitos do envelhecimento da massa de beneficiários.

Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela SulAmérica Seguros. Em 2019, a Companhia contribuiu com R\$813 (R\$694 em 2018) com seguro de vida de seus funcionários.

28.3 Provisão para indenização/multas ao Poder Concedente

O valor de R\$42.553 (R\$43.094 em 2018) registrado no passivo não circulante é referente a provisão de processos em curso junto ao Poder Concedente, decorrentes do resultado do diagnóstico de saneamento e regularização dos imóveis patrimoniais, além de alguns processos administrativos e penalidades em curso junto a ANTT, com prognóstico de perda provável.

29. Outras obrigações

		2019	2018
Obrigação contratual com partes relacionadas	10 (e)	76.931	89.753
Receita diferida		6.409	11.190
Combustível consignado		8.292	7.529
Outras obrigações a pagar		6.115	4.810
		97.747	113.282
Circulante		31.362	33.695
Não circulante		66.385	79.587

30. Patrimônio líquido**(a) Capital subscrito e integralizado**

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$1.917.306 (R\$1.718.440 em 2018), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais classes “A” e “B”.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o capital autorizado é de R\$2.500.000. De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 20 de março de 2019, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$198.866 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2019, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Capital Total	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	37.666.526	20,00%	74.301.916	48,99%	111.968.442	32,93%
Companhia Siderúrgica Nacional	26.611.282	14,13%	36.765.916	24,24%	63.377.198	18,64%
CSN Mineração S.A.	25.802.872	13,70%	37.536.000	24,75%	63.338.872	18,63%
Usiminas Participações e Logística S.A.	37.513.650	19,92%	342.805	0,23%	37.856.455	11,13%
Vale S.A.	36.270.703	19,26%	769.304	0,51%	37.040.007	10,89%
Gerdau S.A.	4.460.128	2,37%	-	-	4.460.128	1,31%
Railvest Investments	14.747.620	7,83%	-	-	14.747.620	4,34%
Minoritários	5.259.906	2,79%	1.951.372	1,28%	7.211.278	2,13%
	188.332.687	100,00%	151.667.313	100,00%	340.000.000	100,00%

(b) Direito das ações

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(c) Reserva de lucros – reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, após constituição de R\$25.168 sobre o lucro acumulado do exercício, o saldo da Reserva Legal passou a ser de R\$320.533 (R\$295.365 em 2018).

(d) Reserva de lucros – reserva para investimentos

A administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes para expansão no valor de R\$358.640, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$1.726.735 (R\$1.621.941 em 2018).

(e) Dividendo adicional proposto

Não houve declaração de valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(f) Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial refere-se aos ganhos atuariais do plano de saúde, apurados em conformidade com o CPC 33 (R1).

	<u>Ganhos atuariais</u>	<u>IRPJ/CSLL</u>	<u>Total</u>
2018	12.267	(2.672)	9.595
Baixas	(1.941)	337	(1.604)
2019	10.326	(2.335)	7.991

31. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (em milhares de reais, exceto valores por ação):

	2019	2018
<u>Numerador</u>		
Lucro líquido do exercício	503.355	521.616
<u>Denominador</u>		
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas (lucro básico)	166.834	166.834
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas (lucro diluído)	90.284	90.284
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167
Denominador para lucros diluídos por ação	348.208	348.208
Lucro básico por ação ordinária	1,42	1,47
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico por ação preferencial - A	1,56	1,62
Lucro básico por ação preferencial - B	1,56	1,62
Lucro diluído por ação ordinária	1,45	1,50
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro diluído por ação preferencial - A	1,59	1,65
Lucro diluído por ação preferencial - B	1,59	1,65

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

32. Receita líquida de serviços

	2019	2018
Receita bruta de serviços	3.483.747	4.083.553
Impostos sobre vendas	(282.938)	(357.105)
Receita líquida de serviços	3.200.809	3.726.448

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas.

Os contratos de prestação de serviços com os clientes estabelecem os preços e as previsões de toneladas a serem transportadas durante o período de vigência. A receita é reconhecida conforme mencionado na nota explicativa 4.17.

33. Despesas por natureza

		2019	2018
Depreciação e amortização	(a)	(921.226)	(604.586)
Mão de obra e encargos sociais		(624.619)	(647.554)
Combustíveis/lubrificantes		(476.943)	(582.781)
Serviços de terceiros		(257.282)	(253.571)
Insumos/outros materiais		(146.417)	(152.383)
Partilhas de fretes		(107.035)	(102.358)
Outros		(75.812)	(51.243)
Custos acessórios de transporte		(25.411)	(25.594)
Custo da concessão/arrendamento	(a)	(18.550)	(322.417)
Despesas com seguro		(10.501)	(9.956)
Aluguel veículos e equipamentos operacionais	(a)	(6.656)	(15.247)
Honorários da administração		(4.591)	(4.680)
Provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa		(564)	(1.311)
Crédito presumido ICMS MG		61.335	69.875
		(2.614.272)	(2.703.806)
Custo dos serviços prestados		(2.377.782)	(2.476.486)
Despesas com vendas		(14.036)	(14.510)
Despesas gerais e administrativas		(222.454)	(212.810)
		(2.614.272)	(2.703.806)

(a) A variação do saldo do exercício de 2019 em comparação a 2018 é decorrente do impacto da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 conforme demonstrado na nota explicativa 3 e 16.2.

MRS Logística S.A.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

34. Outras receitas e outras despesas operacionais

		2019	2018
<u>Outras receitas operacionais</u>			
Receitas alternativas		32.068	26.948
Venda de materiais (sucata/excesso estoque)		33.354	24.804
Multas contratuais (a)		671.110	17.823
Seguros (b)		41.793	4.174
Receita na venda de imobilizado	37.1	2.163	411
Reversão de provisão para perda de ativos circulantes e não circulantes	12 e 16	4.233	8.404
Reversão de provisões multas/indenizações Poder Concedente	28.3	541	-
Reversão de outras provisões passivas		1.880	-
Reversão de provisão para perda de créditos de ICMS	13	9.000	-
Valores a receber de indenização	11 (b)	-	10.028
Outras receitas		36.139	7.232
		832.281	99.824
<u>Outras despesas operacionais</u>			
Provisão para perda de ativos não circulantes	16.1	(12.216)	-
Provisões para contingências		(124.376)	(10.647)
Provisões multas/indenizações Poder Concedente	28.3	-	(11.006)
Outras provisões passivas		-	(7.563)
Perda de créditos tributários		(28.537)	(35.769)
Impostos sobre vendas e outras receitas (a)		(72.830)	(8.440)
Demais despesas tributárias		(14.680)	(14.961)
Execuções por perdas processuais		(55.830)	(36.378)
Custo das receitas alternativas		(9.257)	(5.123)
Convênio com municípios		(5.806)	(5.489)
Custo na venda de materiais (sucata/excesso estoque)		(3.320)	(6.335)
Doações		2.207	(137)
Baixa de ativo imobilizado	16	(16.740)	(13.554)
Ajuste/baixa de estoque		-	(4.200)
Despesas patrocínio (Incentivos fiscais)		(8.894)	(11.562)
Indenizações ao Poder Concedente		(326)	(2.247)
Baixa de projetos de investimento	16.1	(14.053)	(4.351)
Outras despesas		(11.516)	(6.072)
		(376.174)	(183.834)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		456.107	(84.010)

(a) Os valores de R\$671.100 e R\$72.830 em 2019, são decorrentes, principalmente, do reconhecimento da receita referente ao mecanismo de proteção de receita e seus respectivos impactos tributários mencionados na nota explicativa 10 (b).

(b) Do valor de R\$41.793 em 2019, R\$38.815 deve-se a provisão de recebimento do ressarcimento dos ativos danificados pelo rompimento da barragem pertencente a Vale S.A na Mina Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais, ocorrido em 25 de janeiro de 2019.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

35. Receitas e despesas financeiras

	2019	2018
<u>Receitas financeiras</u>		
Variação cambial e monetária	145.461	146.109
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	54.421	64.059
Rendimentos s/ aplicações financeiras	44.686	25.778
Juros	2.184	146
Ajuste a valor presente de contas a receber e subarrendamento	34.562	31.405
Outras receitas financeiras	31.175	3.238
	<u>312.489</u>	<u>270.735</u>
 <u>Despesas financeiras</u>		
Variação cambial e monetária	(213.613)	(250.503)
Juros	(192.363)	(146.319)
Ajuste a valor presente arrendamentos	23 (159.961)	-
Ajuste de marcação a mercado - <i>hedge accounting</i>	24 (6.249)	(4.819)
Outras despesas financeiras	(25.214)	(23.350)
	<u>(597.400)</u>	<u>(424.991)</u>
 Resultado financeiro líquido	<u>(284.911)</u>	<u>(154.256)</u>

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

36. Tributos sobre o lucro

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	757.733	784.376
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal:	257.629	266.810
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	(3.251)	(4.050)
Ajuste de estoque	576	2.159
Despesas com doações	278	(5)
Perda com investimento audiovisual	20	59
Despesa com projeto empresa cidadã	318	307
Incentivos fiscais	(16.139)	(18.015)
Baixa de projetos de investimento	4.778	1.479
Outros	6.918	9.966
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	254.378	262.760
Corrente	391.521	296.896
Diferido	(137.143)	(34.136)
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	254.378	262.760
Alíquota fiscal efetiva total	33,57%	33,48%
Alíquota fiscal efetiva total – correntes	51,67%	37,83%
Alíquota fiscal efetiva total – diferidos	-18,10%	-4,35%

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

37. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

37.1 Venda de imobilizado

Na demonstração dos fluxos de caixa, o resultado da venda de imobilizado compreende:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valor contábil líquido	35	4
Lucro (prejuízo) da alienação de imobilizado	<u>2.128</u>	<u>407</u>
Valores recebidos na alienação de imobilizado	<u>2.163</u>	<u>411</u>

37.2 Atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aquisição de imobilizado sem desembolso de caixa	(51.188)	29.041
Arrendamento mercantil para aquisição de imobilizado	<u>-</u>	<u>20.151</u>
	<u>(51.188)</u>	<u>49.192</u>

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

37.3 Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamento

	2019					
	Empréstimos bancários	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total	Instrumentos financeiros	Dívida total
Empréstimos e financiamentos 31/12/2018	1.377.230	1.099.895	29.729	2.506.854	(58.640)	2.448.214
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(184.527)	550.158	(378.471)	(12.840)	23.713	10.872
Novas captações	280.500	650.000	-	930.500	-	930.500
Pagamentos do principal	(405.413)	(9.402)	(218.510)	(633.325)	23.713	(609.613)
Pagamento de juros	(59.585)	(84.541)	(159.961)	(304.086)	-	(304.086)
Custo da transação	(29)	(5.900)	-	(5.929)	-	(5.929)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	92.329	130.437	2.255.534	2.478.300	(49.140)	2.429.160
Reconhecimento inicial	-	-	2.038.932	2.038.932	-	2.038.932
Aquisição/novos arrendamentos	-	-	56.641	56.641	-	56.641
Amortizações	525	8.055	-	8.580	-	8.580
Variação cambial	91.804	122.382	159.961	374.147	(49.140)	325.008
Empréstimos e financiamentos 31/12/2019	1.285.032	1.780.490	1.906.792	4.972.314	(84.067)	4.888.247

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2018					
	Empréstimos bancários	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total	Instrumentos financeiros	Dívida total
Empréstimos e financiamentos 31/12/2017	1.535.294	1.178.902	14.633	2.728.829	(65.387)	2.663.442
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(294.139)	(187.661)	(6.694)	(488.494)	65.136	(423.358)
Novas captações	307.063	-	-	307.063	-	307.063
Pagamentos do principal	(542.068)	(109.419)	(5.798)	(657.285)	65.136	(592.149)
Pagamento de juros	(57.904)	(78.324)	(896)	(137.124)	-	(137.124)
Custo da transação	(1.230)	82	-	(1.149)	-	(1.149)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	136.075	108.654	21.789	266.519	(58.389)	208.130
Aquisição/novos arrendamentos	-	-	20.151	20.151	-	20.151
Transferências para o curto prazo	75.605	-	-	75.605	-	75.605
Variação cambial	60.470	108.654	-	169.124	(58.389)	110.735
Alteração no valor justo	-	-	1.639	1.639	-	1.639
Empréstimos e financiamentos 31/12/2018	1.377.230	1.099.895	29.729	2.506.854	(58.640)	2.448.214

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

38. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI	Franquia
Risco operacional	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	1 de março de 2021	250.000	5.000
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a terceiros	9 de agosto de 2021	40.000	750
Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	31 de outubro de 2020	60.000	200

Observações:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

39. Eventos subsequentes

Reunião do Conselho de Administração

De acordo com a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. A Companhia atingiu esse limite em 31 de dezembro de 2019 e em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 25 de março de 2020, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$129.962 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.

Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras

A administração da Companhia, considerando as atuais informações sobre o cenário da epidemia COVID-19 (Coronavírus) no país, entende que não há indícios de que suas operações estejam em risco até o momento e, por consequência, que seus resultados econômicos e financeiros, possam ser impactados de forma significativa e está adotando as medidas necessárias para colaborar com as orientações do Ministério da Saúde para contenção da propagação da epidemia.

A Companhia seguirá acompanhando o desenvolvimento da situação para avaliação de eventuais impactos futuros.

MRS Logística S.A.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Administração: Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Claudio de Oliveira Alves
Presidente

Alejandro Daniel Laiño
Carlos Hector Rezzonico
Elder Rapachi
Enéas Garcia Diniz
Fátima Aparecida Chaves de Aleixo
Luis Fernando Barbosa Martinez
Marcelo Leite Barros
Pedro Gutemberg Quariguasi Netto
Sonia Zagury

Membros da Diretoria Executiva

Guilherme Segalla de Mello
Diretor Presidente, Comercial e de Operações

Alexandre Claro Fleischhauer
Diretor de Engenharia e de Manutenção

Félix Lopez Cid
Diretor de Recursos Humanos

Fabricia Gomes de Souza
Diretora de Finanças, Desenvolvimento e Relação com Investidores

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Daniel Dias Olivio
Henrique Rocha Martins
Luiz Gustavo Bambini de Assis